



HISTÓRIAS DE FAVELAS DA GRANDE TIJUCA

CONTADAS POR QUEM FAZ PARTE DELAS

Projeto Condutores(as) de Memória

Meninas moradoras do Morro do Cruzeiro, no Complexo do Alemão. 12 de dezembro de 1969

Calazans. Arquivo Nacional, acervo Correio da Manhã.

H58

Histórias de favelas da Grande Tijuca contadas por quem faz parte delas : / Projeto Condutores(as) de Memória, ; uma publicação do Ibase. - Rio de Janeiro : IBASE : Agenda Social Rio, 2006

*Inclui bibliografia
ISBN 85-89447-15-4*

1. Favelas - Tijuca (Rio de Janeiro, RJ)- História. 2. Favelas - Aspectos sociais - Rio de Janeiro (RJ). 3. Tijuca (Rio de Janeiro, RJ)- História. 4. Tijuca (Rio de Janeiro, RJ)- Condições sociais. 5. Comunidades - Desenvolvimento - Rio de Janeiro (RJ). I. Projeto Condutores(as) de Memória. II. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. III. Agenda Social Rio.

06-2942.

CDD 306.760981531
CDU 316.334.56(815.31)

14.08.06 17.08.06

015755

HISTÓRIAS DE FAVELAS DA GRANDE TIJUCA CONTADAS POR QUEM FAZ PARTE DELAS

Projeto Condutores(as) de Memória

Uma publicação Ibase e Agenda Social Rio
Apoio Oxfam Novib

ORGANIZAÇÃO

Neiva Vieira da Cunha

COLABORAÇÃO

Nahyda Franca

EDIÇÃO

Iracema Dantas

REVISÃO

Marcelo Bessa

PESQUISA DE IMAGENS

Cristina Lopes
Iracema Dantas

PRODUÇÃO GRÁFICA

Geni Macedo

COORDENADOR DE DEMOCRATIZAÇÃO DA CIDADE

Itamar Silva

PROJETO GRÁFICO

Guto Miranda/Dotzdesign

EQUIPE CONDUTORES(AS) DE MEMÓRIA

Maria Aparecida Coutinho
Mauriléa Januário Ribeiro
Ruth Pereira de Barros

Distribuição dirigida – outubro de 2006
Esta publicação está disponível em www.ibase.br

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – Ibase
Avenida Rio Branco, 124, 8º andar, Centro
Rio de Janeiro – RJ, CEP 20148-900
Tel.: (21) 2509-0660 Fax: (21) 3852-3517
ibase@ibase.br | www.ibase.br

POLÍTICA EDITORIAL

O Ibase adota a linguagem de gênero em suas publicações por acreditar que essa é uma estratégia para dar visibilidade à luta pela equidade entre mulheres e homens. Trata-se de uma política editorial, fruto de aprendizado e acordo entre funcionários(as) do Ibase.

SUMÁRIO

6	Apresentação
7	Personagens da vida real – idealizadoras do projeto Condutores(as) de Memória
	Capítulo 1
10	Recordando a história
11	<i>A origem do projeto</i>
14	<i>A metodologia desenvolvida</i>
16	<i>Oficinas de memória</i>
16	<i>Outros eventos na comunidade</i>
	Capítulo 2
18	A construção social da memória
19	<i>Histórias do Borel</i>
27	<i>Histórias da Chácara do Céu</i>
34	<i>Histórias do Morro do Andaraí</i>
38	<i>Histórias do Salgueiro</i>
41	<i>Histórias da Formiga</i>
	Capítulo 3
46	Para além da comunidade
47	<i>A experiência nas escolas</i>
49	<i>A participação em outros fóruns sociais</i>
53	<i>Elaboração da experiência</i>
53	<i>Centro de Memória da Grande Tijuca</i>
	Capítulo 4
56	Memória urbana e identidade social
57	<i>Processo coletivo</i>
63	<i>Depoimentos</i>
64	<i>Agradecimentos</i>
66	Referências bibliográficas
68	Caderno de fotografias





Vista do Salgueiro
Marcus Viní. Arquivo Condutores(as) de Memória.

Apresentação

Este trabalho apresenta alguns dos resultados de uma experiência inovadora e bem-sucedida. Trata-se do projeto Condutores(as) de Memória, implementado e desenvolvido pela Agenda Social Rio na Grande Tijuca, região da cidade do Rio de Janeiro. De algum modo, a história do projeto se confunde com a história da própria Agenda Social. Portanto, é necessário o resgate dessa origem comum.

Tudo começou em 1996, por iniciativa do sociólogo Herbet de Souza, o Betinho, por ocasião da candidatura da cidade do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas de 2004. Originalmente idealizada como um amplo movimento social, a proposta da Agenda Social visava o estabelecimento de um compromisso entre diversos setores da sociedade civil e do estado do Rio de Janeiro na construção de uma cidade mais solidária e democrática, para, desse modo, melhorar a qualidade de vida. A partir dessa iniciativa, a idéia ganhou força própria e, embora a candidatura do Rio de Janeiro tenha sido eliminada, a articulação em torno das metas iniciais definidas pela Agenda Social se consolidou. Para sua realização, era preciso escolher uma área da cidade onde algumas ações pudessem ser desenvolvidas inicialmente. Por concentrar um grande número de favelas, além da marcada identidade que a caracteriza no espaço urbano do Rio de Janeiro, a área escolhida foi a região da Grande Tijuca, na Zona Norte da cidade, que reúne os bairros do Alto da Boa Vista, Andaraí, Vila Isabel, Grajaú, Maracanã, Praça da Bandeira e Tijuca. Esse conjunto de bairros corresponde às VIII e IX Regiões Administrativas do Rio de Janeiro, totalizando 366.567 mil habitantes. Desse total, aproximadamente 13% moram nas 29 favelas existentes na região (Santos; Leite; Franca, 2003, p. 4).

Atuando por meio da mobilização da população local, a Agenda Social Rio acabou por reunir representantes dos bairros e das comunidades da região, grupos culturais e de jovens, representantes de religiões, escolas públicas e privadas, empresas e diversas instituições governamentais, todos e todas empenhados na proposição e implementação de políticas públicas mais inclusivas, que reduzissem as desigualdades sociais. Tal objetivo passava necessariamente pela questão da urbanização das favelas e sua integração ao espaço da cidade, que se tornou, então, o foco principal das ações implementadas pela Agenda Social Rio. Pelo fortalecimento da organização da população local e de sua capacidade de

associação, iniciou-se um importante processo de negociação e diálogo a respeito da gestão do espaço socioambiental e, sobretudo, da prática da cidadania e da reconstrução de identidades sociais.

Nesse contexto de ação política, surgiu o projeto Condutores(as) de Memória. Inicialmente um projeto da Agenda Social Rio, acabou por constituir-se numa das bases da proposta de criação de um centro de memória da Grande Tijuca. No caso do Condutores(as) de Memória, a idéia concebida ainda em 1999 por três educadoras comunitárias, moradoras do Borel e da Casa Branca, ganhou corpo e se expandiu para além dos limites de suas próprias comunidades e da Grande Tijuca, contribuindo para a reconstrução das representações sobre as favelas e da identidade de sua população. Por meio do resgate da memória coletiva desses espaços urbanos, as pessoas que neles moram refazem sua própria trajetória, reelaboram sua experiência de vida e transformam a dura realidade na qual estão inseridas. É um pouco dessa história que acompanharemos agora.

Personagens da vida real – idealizadoras do projeto Condutores(as) da Memória

Maria Aparecida Coutinho nasceu na Chácara do Céu, no dia 19 de novembro de 1968. Aos 5 anos de idade, mudou-se com a família para o Borel, onde mora até hoje. Sua formação escolar foi feita nas escolas da região da Grande Tijuca. Coursou o primário na Escola Municipal Barão de Itacuruçá, na rua Andrade Neves, e em seguida foi para o Ginásio Orsina da Fonseca, na rua São Francisco Xavier. Mais tarde, concluiu o Telecurso Segundo Grau. Com 14 anos, começou a trabalhar no comércio da região, em vários estabelecimentos comerciais. Fez curso de Produção Pessoal (cabeleireiro e maquiagem) no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e atua profissionalmente nessa área. No início da década de 1990, começou a freqüentar as reuniões realizadas pelas educadoras de saúde da ONG Gestão Comunitária e a colaborar com o trabalho social dentro da comunidade do Borel. Atualmente, trabalha como agente de saúde no Programa Saúde da Família, cujo objetivo é a promoção da saúde e a prevenção das doenças, coordenado pela Secretaria Municipal de Saúde, com financiamento do Ministério da Saúde do governo federal. É casada e mãe de dois filhos. Atua também como segunda secretária de festas e eventos da Igreja Batista Peniel, no Borel.



Arquivo Ibase.



Arquivo Ibase.

Mauriléa Januário Ribeiro nasceu no Morro do Andaraí, em 28 de novembro de 1951. Aos 10 anos de idade, mudou-se com os pais e os cinco irmãos mais novos para o Morro da Casa Branca, onde morou durante 40 anos. Estudou nas escolas da região da Grande Tijuca: cursou o primário na Escola Panamá, na rua Duquesa de Bragança, no Grajaú; o ginásio no Colégio Barão de Lucena, no Andaraí; e o científico no Colégio ADN, na Tijuca. É graduada em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com licenciatura em Português e Literatura. Foi diretora social da Associação de Moradores da Casa Branca e uma das fundadoras de sua primeira creche comunitária, atuando posteriormente como educadora e diretora local. Trabalhou na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) durante sete anos. Em seguida, atuou na recém-criada Secretaria Extraordinária da Habitação – hoje Secretaria Municipal de Habitação (SMH) –, onde, na ocasião, ocupou o cargo de técnica da equipe de agentes comunitárias do Programa Favela-Bairro, vinculada à Coordenação de Educação Sanitária e, posteriormente, à de Participação Comunitária. Nessa ocasião, atuou nas comunidades do Borel, Salgueiro, Morro do Andaraí, Casa Branca, Chácara do Céu, Formiga, Complexo da Mangueira, Complexo do Caricó, Morro dos Macacos, Parque Vila Isabel, Mata Machado, entre outras. Atualmente, trabalha na SMH, na gerência do Programa de Favelas, atuando nas comunidades de Rio das Pedras e Vila Pereira da Silva, além de coordenar o trabalho social da Igreja Assembléia de Deus da Tijuca, na comunidade do Salgueiro. Recebeu homenagem da Prefeitura do Rio de Janeiro pela dedicação, espírito de cidadania e profissionalismo que vem mostrando todos esses anos na administração pública. Casada e mãe de dois filhos, mora no bairro da Gamboa.

Ruth Pereira de Barros nasceu no Borel, no dia 11 de julho de 1951. Cursou o primário na Escola Municipal Araújo Porto Alegre, o ginásio no antigo Instituto Santa Rita, na Tijuca, e cursou o Telecurso Segundo Grau. Aos 15 anos começou a participar, como voluntária, do trabalho social desenvolvido na Capela Nossa Senhora das Graças, no Borel, organizando e participando de vários eventos comunitários. Em 1983, começou a trabalhar na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, atuando como educadora durante dez anos na Creche Comunitária Santa Mônica, no Borel. Em 1994, começou a trabalhar na Secretaria Municipal de Habitação (SMH) como supervisora da equipe de agentes comunitárias do Programa Favela-Bairro, vinculada à Coordenação de Educação Sanitária, atuando em favelas da Grande Tijuca, Penha e Jacarepaguá. Em 1994, começou a trabalhar como educadora na área de saúde para a ONG Gestão Comunitária, acumulando experiência na área de promoção da saúde da mulher e prevenção de DST/Aids, por meio de palestras e participação em diversos eventos da comunidade. De 1995 a 2004, participou de diversos treinamentos na área de saúde da mulher, organizados pela ONG Gestão Comunitária e pela Sociedade Beneficente São Camilo. Nesse mesmo período, foi conselheira distrital de saúde da AP 2.2 e participou de várias conferências sobre a mulher. Em 1999, recebeu da Câmara Municipal do Rio de Janeiro moção de louvor e reconhecimento pelo trabalho social voluntário realizado nas comunidades da Grande Tijuca. Hoje, trabalha na SMH, atuando na favela do Jacarezinho. Participa como leiga cabriniana da Congregação das Irmãs Missionárias do Sagrado Coração de Jesus Madre Cabrini. Atua como voluntária em um grupo de terceira idade e colabora com o trabalho social desenvolvido pelo Colégio Regina Coeli e pela Capela Nossa Senhora das Graças, no Borel. Divorciada, tem três filhos e uma neta.



Arquivo Ibase.



RECORDANDO A HISTÓRIA



A origem do projeto

O projeto Condutores(as) de Memória nasceu a partir de um curso de gestão social oferecido para moradores e moradoras da Grande Tijuca. Uma das propostas da Agenda Social Rio era exatamente a formação de lideranças comunitárias como forma de estimular a participação das comunidades de favelas nas decisões e ações sociais. Com esse objetivo, realizou-se, em novembro de 1999, um curso intitulado Organização Local e Ação Democrática, que contou com o patrocínio da Prefeitura do Rio, por meio da Secretaria Municipal de Trabalho, e foi executado pela organização não-governamental Gestão Comunitária: Instituto de Investigação e Ação Social. Assim conta Nahyda Franca, pesquisadora do Ibase:

O projeto Condutores de Memória está apoiado por uma série de instituições. Ele recebe um pequeno apoio da Agenda Social porque surgiu no âmbito desse movimento. A Agenda Social Rio não é uma instituição, não tem sede própria, nem é uma pessoa jurídica, mas sim um movimento que reúne uma série de entidades, pessoas, grupos, associações de moradores, bairros, favelas [...]. A Agenda Social trabalha de uma forma bastante autônoma, com várias iniciativas acontecendo ao mesmo tempo [...]. Nossa área de atuação é a Grande Tijuca, que reúne favelas e bairros, asfalto e favela, enfim, a cidade. Temos tentado a integração e iniciativas conjuntas como essa do projeto Condutores de Memória [...]. O projeto propõe idéias, desejos, sonhos, e a gente acompanha. Mas hoje a gente só vem aqui para aplaudir, para ouvir os sucessos, porque o Condutores de Memória já criou pernas e está aí se multiplicando.

(Instituto de Estudos da Religião, 2004, número 59, p.25)

O curso abordou, entre outros, diversos temas de interesse das comunidades locais: formação do espaço urbano e exclusão social, direitos coletivos e organização local, elaboração e gestão de projetos, educação e meio ambiente, segurança pública, saúde coletiva, relações de gênero e saúde comunitária. Ministrado aos sábados, teve duração de dois meses e contou com a participação de 40 pessoas em sua primeira turma. No fim do curso, as educadoras Mauriléa Januário Ribeiro, então residente na Casa Branca, Ruth Pereira Barros e Maria Aparecida Coutinho, ambas moradoras do Borel, apresentaram um projeto que tinha como objetivo



Moradora do Salgueiro, em 1971

Demócrito. Arquivo Nacional, acervo Correio da Manhã.

resgatar, registrar e sistematizar a memória das comunidades da Grande Tijuca, permitindo que moradores e moradoras dessa região conhecessem a história da ocupação e luta que garantiu o direito à moradia nessas áreas. Nesse sentido, o projeto objetivava não só a eliminação do estigma atribuído ao espaço da favela, mas também sua afirmação como parte da cidade. Na ocasião, a ONG Gestão Comunitária, responsável pela organização do curso, incentivou a proposta e deu apoio técnico tanto na elaboração do projeto como na sua implementação. Na época, a coordenação do projeto ficou a cargo da antropóloga Patrícia Gouveia e da historiadora Marize Bastos Cunha, contando ainda com a supervisão de Mariana Cavalcanti e Márcia Pinto.

Nesse período, estavam sendo desenvolvidos em várias favelas da região projetos sociais e de intervenção urbana, capitaneados tanto por órgãos do estado como por organizações da sociedade civil, que desempenharam importante papel na mobilização da população local. Dentre eles, destaca-se o Programa Favela-Bairro, que despertou particularmente o interesse de moradores e moradoras para a reconstituição da história local. Nesse contexto de mobilização, mas com objetivos distintos, nasceu o projeto da Agenda Social Rio. Pensado como um amplo movimento social envolvendo organizações populares, grupos e instituições da sociedade civil e órgãos públicos, o projeto da Agenda Social propunha a discussão e implementação de ações a fim de enfrentar as desigualdades sociais, atuando pela mobilização e articulação de diversos setores da população da Grande Tijuca. Nesse sentido, tinha como objetivo a realização de ações que integrassem bairros e favelas, fortalecendo o diálogo entre eles e contribuindo para a criação de políticas públicas inclusivas.

Em função das transformações advindas de todas essas iniciativas, a idéia inicial das educadoras responsáveis pelo projeto Condutores(as) de Memória era capacitar grupos de jovens que pudessem atuar como guias de turismo, conduzindo visitantes pela comunidade e introduzindo essas pessoas na história local. O objetivo era mostrar o que havia de positivo nas favelas, por meio da afirmação da favela como parte da cidade. Buscava-se também desconstruir a representação negativa atribuída a esses espaços e afirmar a auto-estima da população que os ocupa, pela valorização de seu patrimônio cultural e de sua história. Mas como recuperar a história dessas comunidades sem recorrer às moradoras e aos moradores mais antigos? Nessa busca, o caminho escolhido foi o encontro de distintas gerações, possibilitando às pessoas mais velhas elaborarem e transmitirem suas experiências de vida às mais jovens



para que, conjuntamente, começassem a tecer sua memória coletiva e a se reconhecer como sujeitos de sua própria história. Assim comentou Marize Bastos Cunha, uma das coordenadoras do projeto:

Vista atual do Morro do Borel
Arquivo Condutores(as) de Memória.

No início, demos uma assessoria para as educadoras montarem o projeto [...]. Um aspecto importante é o público-alvo privilegiado pelo projeto Condutores de Memória: as comunidades e as escolas, de uma forma geral. Isso tem a ver com o fato de o projeto ser elaborado dentro de um programa com a Agenda Social, que vinha pensando os processos de mudança das comunidades da Grande Tijuca contempladas com o Favela Bairro [...]. Discutia-se, então, o papel dos jovens dentro desse processo e eles foram convocados a participar. Tem aquela história que a gente já sabe, do jovem que está na rua, do jovem sem perspectiva. E o espaço que os moradores antigos estavam perdendo com tantas mudanças. Por exemplo, havia, em várias comunidades, moradores que tinham o papel de educadores, faziam trabalho de saúde voluntário e que agora estavam perdendo esse espaço, sendo substituídos e sendo relegada a memória deles [...]. Então se privilegiou esse público-alvo e uma forma de trabalhar que a gente chama de troca de gerações. No início, isso não estava previsto.

(Instituto de Estudos da Religião, 2004, numero 59, p.26)

A metodologia desenvolvida

Esse foi o impulso inicial do projeto. A partir daí, as três educadoras partiram em busca de uma metodologia que desse conta da recuperação desse acervo de histórias. Confrontadas com esse desafio pensaram em realizar encontros que funcionassem como “oficinas de memória” em cada uma das localidades previstas pelo projeto, nos quais as lembranças da comunidade pudessem ser levantadas e discutidas. Começaram pelo Borel, onde foi realizada a primeira oficina, intitulada “Recordando a História”. Esse encontro, que teve um ótimo resultado, reuniu “velhos(as) moradores(as)” da comunidade e portadores(as) da memória viva local. Muitos depoimentos foram registrados, fotos e documentos foram resgatados, e esse material acabou servindo de referência para o próprio desenvolvimento do projeto.

Os cinco informativos que foram produzidos com a ajuda de moradores(as) das comunidades



Organizaram, então, uma segunda oficina, “Buscando a História”, reunindo, dessa vez, jovens da comunidade. Para despertar-lhes o interesse pela história local, recorreram a diferentes linguagens e fontes, introduzindo-os inicialmente à história do desenvolvimento urbano da cidade como um todo, até chegarem às suas próprias comunidades. Assim, além dos depoimentos orais, também utilizaram músicas, jornais e fotografias. O resultado dessa oficina foi a elaboração conjunta de um roteiro de entrevistas que seriam realizadas por tais jovens com moradores(as) mais antigos(as), a fim de permitir uma importante troca e interação social envolvendo jovens e pessoas idosas e reforçar a sociabilidade local.

Realizaram, ainda, uma terceira oficina, “Vivências Passadas”, na qual foram recuperadas, pelas lembranças dos(as) próprios(as) moradores(as), as condições socioeconômicas da época de ocupação da favela, com destaque para a questão ambiental e a produção de lixo domiciliar. No encontro, por meio da equipe, a memória local foi articulada ao desenvolvimento do meio ambiente. Isso possibilitou que essas comunidades repensassem sua relação com o espaço habitado e estimulou o reaproveitamento de material reciclável.

Finalmente, executaram um quarto e último encontro, “Construindo a História”, com a participação de jovens com moradores(as) mais antigos(as), particularmente aqueles(as) interessados(as) em dar continuidade ao trabalho conjunto. Foram, então, organizados pequenos grupos de trabalho que ficaram responsáveis pelo planejamento das atividades e estratégias para a realização das próximas etapas do projeto. O mérito desse encontro foi a junção de duas pontas de uma mesma realidade: os(as) moradores(as) mais antigos(as), que, com o passar do

tempo e as mudanças ocorridas, sentem-se, muitas vezes, perdendo suas referências e seu espaço tanto físico como subjetivo dentro das comunidades; e os(as) jovens, que, embora não tenham acompanhado muitas das lutas que construíram suas comunidades, atuarão de forma decisiva oferecendo respostas aos desafios futuros.

Desse trabalho em grupo surgiu a idéia de organizar um pequeno jornal, um informativo que relatasse a experiência do projeto e os resultados das oficinas realizadas em cada comunidade, reunindo histórias, eventos e datas marcantes para a história local, por iniciativa dos(as) próprios(as) moradores(as). Os assuntos foram selecionados coletivamente, e o trabalho começou a ser elaborado ainda nas oficinas, contando até com a participação de moradores(as) na redação de algumas matérias. Um dos principais objetivos desse informativo era oferecer aos(às) moradores(as) que haviam participado das oficinas o resultado do trabalho. Depois de finalizado, esse informativo passou a ser distribuído em todas as comunidades, transformando-se em importante instrumento de divulgação e contribuindo para dar visibilidade à iniciativa do Condutores(as) de Memória, envolvendo um número cada vez maior de pessoas. Ao longo do desenvolvimento do projeto, foram produzidos cinco informativos (Borel, Chácara do Céu, Morro do Andaraí, Salgueiro e Formiga) e distribuídos um total de 6 mil exemplares em eventos comunitários das favelas onde foram realizadas as oficinas e em palestras dadas em escolas, ONGs e universidades.

Outra etapa importante da metodologia foi a realização de um vídeo registrando a experiência do projeto nas duas primeiras comunidades onde foi desenvolvido, Borel e Chácara do Céu. O vídeo reuniu depoimentos de moradores(as) antigos(as) dessas comunidades, que lembraram histórias relacionadas à ocupação da área, reivindicações por água e luz, além de “casos” e histórias pitorescas sobre o dia-a-dia da comunidade. Contou também com a participação dos(as) jovens moradores(as) da comunidade, que falaram sobre a experiência das oficinas de memória e expressaram suas expectativas para o futuro. Intitulado Condutores(as) de Memória, o vídeo passou a funcionar como um instrumento de dinamização das outras oficinas realizadas, servindo de ponto de partida para o trabalho de reconstrução da história de cada comunidade.

Além disso, outro desdobramento das oficinas foi a participação das educadoras responsáveis pelo projeto em vários eventos comunitários, além da participação em programas de rádios comunitárias. Dessa forma, a partir das oficinas, a equipe foi desenvolvendo novas formas de interação com a comunidade, inserindo a discussão sobre a importância da memória local em outros espaços coletivos.



Oficinas de memória

Assim, as “oficinas de memória” foram a principal forma de ação do projeto. Elas tornaram-se um instrumento fundamental no processo de sensibilização da comunidade para a importância do resgate de sua memória coletiva e acabaram mobilizando grande parte da comunidade, permitindo uma intensa troca de informações sobre práticas e costumes que remetiam ao momento mesmo de surgimento e formação das favelas. As roupas da época, os hábitos alimentares e as formas de organização social que resultaram nas lutas por água potável, luz e saneamento básico passaram a ser compartilhadas, redimensionando o significado dessas conquistas. As oficinas possibilitaram uma reapropriação da história local, aproximando diferentes gerações de moradores(as) e valorizando o respeito e o reconhecimento mútuo.

O processo social de construção da memória deflagrado por essas oficinas permitiu que os(as) moradores(as) pensassem criticamente a realidade em que viviam e rediscutissem suas próprias formas de participação política, o que possibilitou uma nova interlocução com os órgãos responsáveis pela definição de políticas públicas locais. Nelas, as lembranças e recordações dos(as) moradores(as) eram levantadas, discutidas e construídas ao mesmo tempo em que eram debatidos temas atuais tanto da história da cidade como da comunidade local. A partir dessa experiência inicial, a metodologia foi sendo desenvolvida e ajustada à realidade de cada comunidade trabalhada.

Em seguida foram realizadas oficinas nas comunidades da Chácara do Céu, Andaraí, Salgueiro e Formiga. Em cada uma delas foram realizadas quatro oficinas, contando com uma média de 15 participantes cada. Ao todo, mais de mil pessoas foram indiretamente atingidas por seu resultado, além daquelas que participaram de outros eventos comunitários nos quais o projeto foi divulgado. Todas essas oficinas foram mediadas pela equipe responsável pelo projeto e registradas em relatórios, áudio e, às vezes, vídeo.

Outros eventos na comunidade

As oficinas de memória realizadas pelo projeto Condutores(as) de Memória na Grande Tijuca tiveram muitos desdobramentos. Após a sua realização havia a preocupação e o interesse, tanto por parte das educadoras como dos(as) moradores(as), em dar continuidade ao trabalho de reconstrução da memória da comunidade conjuntamente iniciado. O estreitamento das

relações da equipe responsável pelo projeto com outros grupos e iniciativas locais possibilitou sua participação em outras atividades. Assim, integrantes do projeto participaram de outros encontros comunitários, com a apresentação do resultado do trabalho realizado nas oficinas, e organizaram exposições de fotografias e outros materiais obtidos com pessoas da comunidade e palestras de divulgação do projeto. Nessas atividades, a equipe buscou sempre a parceria com outras instituições da comunidade e de seu entorno. A parceria deu certo, e esses grupos e instituições ajudaram, assim, a divulgar o projeto nos meios de comunicação, além de cederem espaço para a realização das atividades do projeto.

Um evento importante foi o lançamento do vídeo *Condutores(as) de Memória* na Escola Oga Mitá, na Tijuca, em novembro de 2001. Nele, moradoras e moradores antigos contavam sobre o passado, e jovens falavam de seus sonhos e do futuro, levando coletivamente sua voz para além das fronteiras da comunidade. No vídeo, a história das favelas é revelada pelas histórias de vida de quem vive nesses locais. O evento contou com cerca de cem pessoas, em sua maioria pessoas das comunidades, que ficaram emocionadas ao verem sua história finalmente registrada e conquistando novos espaços.

Mas o projeto não parava de crescer, e muitos outros eventos ocorreram. Na comunidade do Borel, foram organizadas palestras e exposições de fotografia antigas, além de um painel com fotos das 'oficinas de memória' no Projeto Luz e Vida, da igreja batista Nova Peniel. Organizou-se também a exibição do vídeo *Condutores(as) de Memória*, seguida de debate, no projeto Vida Nova, do governo do estado do Rio; exposição do material obtido pelo projeto na festa junina do Borel e da Chácara do Céu, com organização de gincana sobre a história local; atividades pedagógicas sobre a história das comunidades da Grande Tijuca no Centro de Educação Complementar (CEC), para alunos(as) de 8 a 12 anos; exibição de vídeo e palestra sobre a origem das comunidades do Borel e da Casa Branca no projeto *Agentes Jovens*, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, com supervisão da Secretaria Municipal de Habitação. O objetivo de tais atividades foi aproximar, cada vez mais, o projeto das novas gerações de moradores e moradoras das favelas já trabalhadas, potencializando as atividades desenvolvidas nas oficinas.

Além disso, o projeto foi divulgado no 1º Fórum do Borel e da Indiana, na Casa da Auto-Estima, localizada na Casa Branca. Também houve palestra seguida de exibição de vídeo e debate na associação de moradores da comunidade Mata Machado; participação na 1ª Mostra de Vídeos Comunitários, no Instituto de Imagem e Cidadania (Imac); e palestra sobre o projeto na Igreja dos Capuchinhos. Além disso, foram concedidas entrevistas pela equipe do projeto à Rádio Grande Tijuca (RGT) e Rádio Microfone, no Borel.



A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA MEMÓRIA



Histórias do Borel

Eu fui criada ouvindo da minha mãe e do meu pai, principalmente da minha mãe, essa história que guardo comigo. Ela contava como foi toda aquela luta e aquela conquista. Nada ali foi por acaso. Lutou-se para ter tudo. Como disse um participante das oficinas: “para se ter água, teve luta; para se ter luz, teve luta; para se ter casa melhor, teve luta”. Houve muita luta aqui. O morador teve que se organizar. O morador apanhou, brigou para poder ficar naquele espaço, mas as pessoas não conhecem essa história, e a gente queria, com o projeto, reviver, retratar essa história que é bonita. É como digo: a memória é a pessoa. Quem tem a memória sou eu porque ela está aqui dentro da cabeça. Sei dessa história e ela precisa ser contada para outras pessoas.

(Instituto de Estudos da Religião, 2004, numero 59, p.22)

Ruth Pereira de Barros

Educadora do projeto Condutores(as) de Memória

Como já foi dito, a favela é vista sempre sob o aspecto negativo. O próprio falar em favela já tomou a conotação de coisa que não serve: “Isso é favela... Isso aqui está parecendo uma favela”. Se a gente também não se policia, acaba repetindo. Mas a gente sabe que favela não é isso. Ela tem os seus valores. Uma coisa importante no projeto Condutores de Memória é procurar mudar a imagem da favela. Tem um morador no Borel, o sr. José Calegare, que chama muito a atenção porque, quando chegou na comunidade, só havia três barracos. Esse senhor tem uma história dentro do Borel. Ele se emociona quando conta essa história [...]. Outra coisa importante que se percebe é quando o morador da comunidade carente passa a conhecer a sua história. Com certeza ele vai lutar para melhorar mais e mais a sua qualidade de vida. Essa é a nossa visão com esse projeto. A luta não foi apenas pela ocupação. A luta continua. A luta se perpetua. E essa luta é contra tudo que está aí. É contra a discriminação social. É contra essa quebra de valores. É contra esses conceitos, esses preconceitos.

(Instituto de Estudos da Religião, 2004, numero 59, p.20)

Mauriléa Januário Ribeiro

Educadora do projeto Condutores(as) de Memória



Morro do Borel

Fotógrafo não identificado.
Acervo Condutores(as) de Memória.

Gostaria de ressaltar o que achei de suma importância na primeira oficina realizada no Borel. Nós não esperávamos que os moradores recebessem tão bem, que tivessem a reação que tiveram. Para nós foi uma vitória ver no morador, logo na primeira oficina, a felicidade estampada nos olhos e nas palavras dele, de se sentir realizado porque alguém lembrou de abrir um espaço para ele passar tudo aquilo que estava armazenado na memória [...]. Então, quando a gente organizou a primeira oficina e eles perceberam que era para eles serem ‘as estrelas’ das oficinas, nossa, um deles falou: “Vocês estão de parabéns. Eu nunca imaginei que fosse viver para ver alguém me chamar para um trabalho como esse. Estou me sentindo muito importante. Quero que vocês expandam esse trabalho para todas as comunidades. Quero que todos os jovens conheçam um pouco da história de suas comunidades porque é uma história muito rica”. (Instituto de Estudos da Religião, 2004, número 59, p.24)

Maria Aparecida Coutinho

Educadora do projeto Condutores(as) de Memória

A primeira comunidade trabalhada pelo projeto Condutores(as) de Memória foi o Borel, entre dezembro de 2000 a fevereiro de 2001. Contando com uma população de 6.831 habitantes,¹ sua entrada está localizada na rua São Miguel, uma das ruas que liga a Tijuca ao Alto da Boa Vista. É uma das comunidades mais antigas da região da Grande Tijuca e começou a ser habitada ainda em 1921, ocupando um lugar particularmente importante na história das favelas do Rio de Janeiro.

A origem do nome da comunidade vem da marca de cigarro da antiga Fábrica de Fumos e Rapé de Borel & Cia, que funcionava no sopé do morro onde hoje existe a favela. Essa marca de cigarro trazia um pavão-real azul e amarelo-ouro estampado no maço, que acabou virando o símbolo de uma das mais tradicionais escolas de samba da região, a Unidos da Tijuca, fundada na rua São Miguel, em 31 de dezembro de 1931. Segundo algumas pessoas, ela teria surgido inicialmente na Formiga, passando depois pela Casa Branca para, finalmente, se instalar no Borel. Segundo uma outra versão, ela teria surgido exatamente da “união” de três blocos que, naquela época, existiam nos morros da Formiga e da Casa Branca.

Parte importante dessa história foi descrita em livro, *As lutas do povo do Borel*, escrito por um morador da comunidade, Manoel Gomes, que desempenhou papel ativo na luta contra as remoções e pela posse da terra, e conta com prefácio de Luiz Carlos Prestes, na época senador pelo Partido Comunista. Relatando a história da comunidade desde 1922, o

¹ Cf. dados do Sistema Multimídia sobre Assentamentos de Baixa Renda (Sabren), do Instituto Pereira Passos (IPP), da Prefeitura do Rio de Janeiro.

livro foi publicado em 1980 e é um instrumento fundamental para se conhecer um pouco da memória da comunidade e acompanhar as mudanças e transformações vividas por ela.

Então foi feito esse livro para registrar. E o mais importante disso é que a nossa mãe, a nossa família, nós fomos criados ouvindo essa história da comunidade. Passamos dificuldades porque vivemos esse período todo [...] naquela época a gente descia descalço e quando chegava lá embaixo tinha que lavar os pés. Eu descia com o sapato na mão para a escola. Você não podia descer com o sapato porque ele era todo furadinho. E quando fazia calor o sapato puxava, e aí o pé ficava quente na rua. Era um período difícil. As pessoas tinham muita dificuldade. Hoje em dia você não vê ninguém com short remendado igual antigamente. [...] Esse livro é para resgatar essa história e eu espero que as pessoas continuem contando a história para os seus filhos, para que eles possam entender que houve uma luta sim! Luta para se ter água encanada, para se ter uma casa melhor, para se ter luz. Houve luta aqui!

Josias Pereira

Morador do Morro do Borel²

Tempos depois, no início da década de 1930, o controle das terras era da d. Hortência, “uma senhora de educação aprimorada”, como nos conta Manoel Gomes em seu livro. Mesmo com certa dificuldade de controlar o “negócio”, em função do número cada vez maior de moradores e moradoras que não conseguiam pagar o aluguel, d. Hortência acabou recorrendo ao uso da força, contando, para isso, com um grupo de capangas. Depois de alguns anos, o controle das terras do morro passou para a mão de outras pessoas, que continuaram a “administrar o negócio”, cobrando os aluguéis e demarcando os lotes.

Vim do Espírito Santo com sete anos de idade e cheguei aqui no Borel em 21 de outubro de 1938 [...]. Nós passávamos muita dificuldade lá e meu pai resolveu vir para o Rio de Janeiro. Mas quando nós chegamos aqui tivemos uma surpresa. Viemos para o meio do mato. Isso aqui era tudo mato, não tinha nem caminho para se andar. Peguei isso aqui com apenas três moradias, três barracos [...]. Meu pai alugou um. Tinha um que era uma chácara de bananas, quem tomava conta era a d. Maria Portuguesa. E depois tinha um outro embaixo, família do Nilzo. Mas depois nós começamos a ser perseguidos



O livro sobre as lutas do Borel, lançado em 1980, conta também o surgimento da União de Trabalhadores Favelados

² Esse e os demais depoimentos ao longo deste livro foram colhidos nas diversas oficinas realizadas pelo projeto.

pelos grileiros que existiam aqui nos anos 50. Toda semana vinha a polícia para tirar a gente daqui [...]. Vimos lutando e conseguimos isso aqui, com muita força e muito esforço.

José Calegario

Antigo morador do Morro do Borel

As lutas da comunidade marcaram a memória dos moradores e das moradoras, que se organizaram em resistência às políticas de remoção de favelas que começaram a ser implementadas no Rio de Janeiro, a partir da década de 1950. Moradores e moradoras mais antigos se lembram de que, nesse período, começaria a repressão contra a ocupação da área porque a empresa Seda Moderna havia decidido reivindicar na justiça a posse do terreno ocupado pelas famílias. O processo, na verdade, foi movido pela empresa Borel Meuron, uma imobiliária da qual a Seda Moderna era uma das subsidiárias.

Mais precisamente em 1955, o jornal *Correio da Manhã* anunciou em sua manchete a decisão judicial decretando o despejo de moradores e moradoras do Morro do Borel. A luta contra a desapropriação do Borel seria a primeira de outras vitórias que viriam com o tempo e que constituem o rico acervo da história local. O processo de despejo anunciado em 1955 ainda tramitou durante cinco anos na justiça, mas as pessoas que lá moravam por fim conquistaram o direito de permanecer no local. Seu Marinho Lira, antigo morador do Borel, conta que às vezes tinham que deixar de trabalhar, porque diziam que “os homens” viriam para derrubar os barracos. Na época, uma das estratégias era abandonar os barracos com os móveis dentro, porque, desse modo, não podiam ser derrubados. Outra estratégia de resistência era deixar as crianças pequenas e as mulheres nos barracos, para impedir que fossem demolidos pela força policial. Assim, algumas pessoas que moravam no Borel, entre elas seu Manoel Gomes e seu Ezequiel do Nascimento, encontraram um advogado, Antoine Margarino Torres, que, segundo contam, chegou a enfrentar a polícia para defender moradores e moradoras.

Manoel Gomes, autor do livro *As lutas do povo do Borel*, também esteve à frente do primeiro movimento de organização de favela da cidade, ainda na década de 1950. O Borel foi a primeira comunidade do Rio de Janeiro a criar uma associação de moradores, revelando uma antiga tradição de luta e associativismo. A União dos Trabalhadores Favelados foi criada em 1952 e, por meio dela, moradores e moradoras da comunidade conquistaram o direito de permanecer no espaço que ocupavam. Outro antigo morador da comunidade, Sebastião Bonifácio, 76 anos, também participou ativamente de todas essas lutas e conquistas, ajudando a criar

a associação de moradores, da qual foi sete vezes presidente. Ele conta que primeiro foi criada a União dos Trabalhadores Favelados, que, com o golpe militar, em 1964, foi obrigada a mudar de nome e passou a se chamar União dos Moradores do Morro do Borel. Embora tenha sido criada no Borel, a associação apoiou e ajudou a organizar a luta de outras comunidades de favela, acolhendo moradores e moradoras de outros morros que sofriam as mesmas ameaças. Esse foi um período de grande resistência, em que as comunidades se uniram contra uma política de remoção de favelas que começava a ser efetivamente implementada pelo poder público. Essa experiência ensinou a todas essas pessoas o valor da solidariedade, apontando o caminho da união como única estratégia de luta pela moradia e pela permanência no espaço da cidade.

A luta do Borel é longa e dela eu participo há 46 anos. Participando e trabalhando. As lutas são mais antigas que a associação [...]. Eu fui um dos fundadores da associação que, naquele tempo, era União dos Trabalhadores Favelados. Eu acredito que seja uma das mais antigas do Rio de Janeiro. Mas, com o golpe militar de 1964, fomos obrigados a mudar o nome. Aí ela passou a se chamar União dos Moradores do Morro do Borel.

José Bonifácio

Morador do Morro do Borel



Senhor Bonifácio em dois momentos. Ele ajudou a fundar a Associação de Moradores do Borel e foi presidente da instituição sete vezes

Arquivo Condutores(as) de Memória.





Festa da Associação de Moradores do Borel
Fotógrafo não identificado. Arquivo Condutores(as) de Memória.



**Integrantes da
Associação de Moradores
do Borel fazem reunião
para escolha da diretoria,
em 14 de julho de 1967**

Fotógrafo não identificado.

*Arquivo Condutores(as)
de Memória.*

Nesse período de muitas lutas, por volta de 1952, outro antigo morador da comunidade, seu Jorge Neto, criou a primeira rádio comunitária do Borel, a PRGJ Rádio Cipó. Ela desempenhava um papel importante de divulgação das novidades e na convocação de moradores e moradoras para as assembléias, nas quais se discutia e organizava a luta para garantir a posse da terra. Como, na época, ainda não havia luz elétrica na comunidade, a rádio só alcançava a área do Tacidando, hoje conhecida como Terreirão. Mas as notícias acabavam se espalhando, de boca em boca, e chegavam a todas as pessoas que lá moravam.

As oficinas do projeto Condutores(as) de Memória no Borel recuperaram muitas histórias e depoimentos importantes das pessoas que delas participaram, principalmente as mais idosas. Segundo elas, nada do que existe hoje nas comunidades surgiu por acaso. É uma história de lutas e conquistas que deve ser lembrada. Foi na luta permanente pela defesa de seus direitos que moradores e moradoras do Borel se organizaram e começaram a mudar a cara da comunidade. Sempre identificadas pela falta de serviços e equipamentos urbanos, as favelas foram, aos poucos, obtendo conquistas importantes. Uma dessas

conquistas foi a inauguração, em 1999, do “postinho” do Borel. Nessa ocasião, a comunidade quis prestar uma homenagem a seu Bonifácio, morador do local. Mas ele preferiu reconhecer a luta de outro importante morador, o médico Carlos de Oliveira Filho. Foram muitas lutas e muitas histórias para contar.

Eu vim para cá criança, construí família, tive filhos e netos. Vou contar a história do Borel para os meus filhos, para eles contarem para os meus netos e eles contarem para os bisnetos. Então a história do Borel vai continuar.

Marinho Lira

Morador do Morro do Borel

Histórias da Chácara do Céu

A segunda comunidade a ser trabalhada foi a Chácara do Céu, dando seqüência ao plano de atividades previsto pelo projeto para o primeiro semestre de 2001. Os caminhos da Chácara do Céu estiveram, durante muitos anos, entrelaçados às histórias do Borel. Localizada no alto do morro onde está situada essa comunidade, a Chácara do Céu conta com 421 habitantes,³ e sua ocupação cresceu principalmente a partir da década de 1970. Moradoras e moradores mais antigos contam que a comunidade, que é cercada por vários morros, possuía uma das vistas mais bonitas da cidade e sempre foi alvo de especuladores imobiliários, que “queriam esse espaço para a construção de um hotel”.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas, moradores e moradoras da Chácara do Céu recordam que havia muita união entre os membros da comunidade. O início de sua ocupação foi um grande desafio enfrentado com coragem e determinação pelas pessoas que lá moravam. Não havia luz elétrica, e a iluminação era obtida por lampião de querosene. A água era trazida da mata em seu entorno. As casas eram feitas em estuque, madeirite e até de sapê. Em dias de vento forte, as folhas de zinco que serviam de telhado voavam deixando muitas casas descobertas. No período das chuvas, o transtorno era ainda maior, pois, mesmo com o telhado, chovia no interior das casas. A comida era feita no fogão de lenha, e as roupas eram lavadas no “bicão” da rua São Miguel e passadas com ferros a carvão.

³ Cf. dados do Sistema Multimídia sobre os Assentamentos de Baixa Renda (Sabren), do Instituto Pereira Passos (IPP), da Prefeitura do Rio de Janeiro.

Quando eu cheguei aqui era muito difícil. Não tinha água e a gente tinha que carregar a água. Mas a gente trabalhava fora e não tinha tempo, tinha que carregar à noite. Eu levantava à 1 hora da manhã para carregar água, encher meus latões para deixar para os meus filhos em casa. Com pouco tempo que eu vim para cá meu marido faleceu e eu fiquei sozinha com cinco filhos [...]. Foi uma peleja. Eu passei muita dificuldade. Morava num barraquinho que, quando chovia, caía água dentro de casa. Não tinha luz e a gente tinha que comprar querosene para botar nas lamparinas. Quando não tinha querosene comprava um maço de vela.

Juliete de Oliveira

Moradora da Chácara do Céu



**Oficinas realizada na
Chácara do Céu**
*Arquivo Condutores(as)
de Memória.*

Eu tenho 75 anos e vim para cá em 1947. Eu vim em busca de emprego, trabalhar para ajudar minha mãe e meu pai. Meu pessoal veio todo pra cá. Aí eu achei esse lugarzinho perto do Seu Zé do banjo, que já foi embora, já faleceu. Aqui era tudo mato. Nós fizemos um barraquinho lá e trouxemos as minhas irmãs, minha mãe e meu pai. Meu pai logo morreu. Já veio doente de lá. Aí ficamos tocando a vida assim, fizemos um barraquinho de dois cômodos e botamos a família toda. Então arrumei um serviço na Tijuca. Cheguei e fiquei trabalhando aqui mesmo. Ajudei a fazer muito barraco [...]. Era muito mato. Luz não tinha, era uma cabine muito ruim, a água a gente apanhava na mata. Uma vez uma pessoa foi buscar água e caiu com a balança da ribanceira [...]. Naquela época também tinha muita caça aqui, paca, tatu, jacu, gambá. Eu peguei muita caça na arapuca.

Abelardo Chaves

Morador da Chácara do Céu

Muitas são as histórias que os moradores e as moradoras contam sobre a comunidade. Uma delas diz que o nome Chácara do Céu vem ainda das primeiras décadas do século XX, quando imigrantes vieram em busca de trabalho e de uma vida melhor. Na parte mais alta do morro, morava um senhor português, João de Souza, mais conhecido como Zé do Bode. Contam que ele tinha uma grande horta, com muitos legumes e verduras, além de criação de porcos, bodes e até cavalos. Segundo os membros mais antigos da comunidade, quando vinham comprar os seus produtos, as pessoas diziam: “Aqui parece uma chácara do céu”. Essa comparação acabou nomeando a comunidade.

Outra história contada é a do “Profeta”, uma figura pitoresca da comunidade. Dizem que vestia roupas brancas e tinha sempre os cabelos presos e um boné na cabeça. Ele era chamado de Profeta porque vivia sozinho e sempre lia a Bíblia para moradores e moradoras e discutia o texto em seguida. Além da religião, ele também se ocupava dos temas da política, exercendo um verdadeiro fascínio sobre a população local. Segundo contam, um dia ele ganhou na loteria e foi embora para o Nordeste.

Há também a história do sr. Vaca Mota ou Vaca Mocha, ninguém sabe ao certo como se chamava. Ele comprava ferro-velho, chumbo e alumínio e, quando passava, sempre atraía muitas crianças, que o acompanhavam e se divertiam imitando seu jeito de falar. Um das pessoas dizem que ele ganhou na loteria, outras relatam que se mudou para o interior.





No alto da Chácara do Céu, moradores procuram água
Fotógrafo não identificado. Arquivo Condutores(as) de Memória.

Também se contava muita história sobre assombração. Segundo d. Geralda, moradora da Chácara do Céu, há várias histórias sobre uma mulher vestida de branco, que, por vezes, aparecia e desaparecia misteriosamente, impressionando muitas pessoas da comunidade. São muitas as personagens que habitam o imaginário dos moradores e das moradoras e fazem parte das memórias da Chácara do Céu.

Além das histórias sobre essas personagens, existem também aquelas que falam da trajetória e da experiência concreta de moradores(as). O sr. Cícero dos Santos é uma dessas pessoas. Nascido em Campina Grande, cidade da Paraíba, veio para o Rio de Janeiro em busca de trabalho. Ao chegar em 1969, foi morar na Chácara do Céu. Ele nos conta que, quando chegou à Chácara do Céu, havia cerca de dez casas, e o resto do morro era só mato. Lembra-se de que só existiam alguns poços d'água, mas muitos deles com água salobra, que não servia para beber. Para conseguir água que pudesse ser usada, era preciso descer até a ladeira, já na mata do Borel. Segundo ele, as pessoas chegavam de madrugada com seus vasilhames e formavam uma fila enorme. Havia gente que chegava às seis horas da manhã e só saía de lá depois do meio-dia. Esse problema só foi resolvido na segunda gestão da associação de moradores(as), a partir de 1975, quando as pessoas se organizaram, pressionaram a Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae). E o sr. Cícero participou ativamente dessa luta e sempre encabeçava as passeatas.

Nessa ocasião, seu Cícero representava a Chácara do Céu na Associação de Moradores do Borel. Ele participou ativamente do mutirão que trouxe água da mata para dentro da comunidade, que teve que percorrer cerca de três quilômetros. Seu Cícero também se lembra de que, em dias de chuva, a Chácara do Céu ficava totalmente sem comunicação, em virtude do difícil acesso, e muitas vezes teve que ajudar pessoas doentes que precisavam descer acamadas ou em cadeiras, pois nenhum veículo conseguia chegar ao local.

Outro fato importante recordado por seu Cícero é a primeira missa rezada na Chácara do Céu, que se realizou na sala da sua casa pelo padre Olinto Pegoraro. Segundo relata, o padre chegou e perguntou se havia algum lugar onde pudesse rezar uma missa. Seu Cícero, então, ofereceu sua casa. Isso se repetiu durante quase um ano, até que uma oportunidade de mudança de local surgiu. O padre Olinto comprou um barraco em cujo terreno seu Cícero, algum tempo depois, iniciaria a construção da Igreja de São Sebastião.

Eu participei daqui e do Borel. Eu comecei aqui e, nessa época, o povo não se comunicava. Comecei em 1975, rezando missas embaixo da árvore [...]. A formação do povo é fundamental, a saúde. Nós sempre tivemos um postinho de saúde funcionando por aqui [...]. Temos muitas histórias. A do Cruzeiro, por exemplo. Quando montamos, o cimento estava fresco e caiu e ficou quebrado. Depois consertamos, mas deu uma ventania e caiu de novo. Depois, consertamos mais uma vez, e vieram os militares e cortaram [...]. Também é importante recordar a enchente de 1988. Aqui desabaram muitas casas e todo mundo ia se refugiar na Igreja, que era pequena [...]. Conseguimos então um dinheiro e fizemos 38 casinhas. Não eram casas boas, mas um quarto e um banheiro, para tirar a pessoa da chuva. E esse dinheiro foi a Fundação Marcelo Cândia que deu [...]. Foi importante mobilizar a comunidade [...]. Outro fato importante foi aquela estrada da travessa Piedade. Era de barro, era um atalho para subir do Borel para a Chácara do Céu. Fizemos nos fins de semana, aos sábados e domingos. Foi uma estrada redentora.

Prof. Olinto Pegoraro

Na época, padre da Chácara do Céu e do Borel

As oficinas de memória realizadas na Chácara do Céu reuniram jovens e pessoas idosas, que, num trabalho conjunto, reconstruíram a memória de sua comunidade por meio das histórias contadas. Muitas pessoas recordaram emocionadas fatos marcantes de suas vidas, bem como as dificuldades, as alegrias, os amigos e as amigas que já não estão mais entre elas. Desse modo, tornaram vivas essas lembranças, alimentando a esperança de que as novas gerações, com o conhecimento de seu passado, possam continuar as lutas e as conquistas, na construção de um futuro melhor.

Então, nunca se envergonhem de onde vocês moram. Vocês moram onde? Somos moradores da Chácara do Céu, com muito orgulho. Nunca deixem ninguém apagar isso de vocês [...]. Não deixem ninguém pisar e menosprezar vocês [...]. Vocês vão crescer. Sejam o que vocês são. Crescer não é só no tamanho, é na sabedoria, no entendimento. Não pensem que vocês não têm futuro porque estão morando no morro. Vocês vão ter sim, lutando, estudando, continuando o que todos aqui fizeram. Se hoje temos água aqui foi porque eles lutaram [...]. Então é isso, vocês têm sempre que lutar



Senhor Cícero, morador da Chácara do Céu desde 1969
Arquivo Condutores(as) de Memória.

na vida. Ninguém consegue nada sozinho. Todos nós juntos. É por isso que essa história está sendo levantada, para ninguém esquecer a história da Chácara do Céu.

Rosana Queiroz

Agente de desenvolvimento local da Agenda Social Rio

Histórias do Morro do Andaraí

A metodologia das oficinas de memórias realizadas pelo projeto Condutores(as) de Memória ajustou-se a cada etapa de desenvolvimento do projeto, enriquecendo-se com as experiências anteriores, procurando sempre chamar atenção para os pontos comuns que ligavam as histórias de todas as comunidades da Grande Tijuca, assim com seus aspectos particulares.

O Morro do Andaraí foi a terceira comunidade a ser trabalhada, em janeiro de 2002. Localizado no bairro de mesmo nome, possui 1.650 habitantes⁴ e sua ocupação teve origem ainda no início da década de 1930. Sua denominação é de origem tupi, sendo uma corruptela de andirá-y, que significa “rio dos morcegos” ou “rio que não nasce da queda”. Esse rio descia as encostas da Serra do Andaraí e se estendia pelos seus dois vales, Andaraí Grande e Andaraí Pequeno, onde abundavam frutas silvestres que atraíam os morcegos para suas margens. Posteriormente, o nome do principal rio da região mudou, mas as referências que deram origem ao nome do local permaneceram vivas na memória.

O atual bairro do Andaraí foi o que restou do Andaraí Grande e, originalmente, fazia parte de uma grande faixa da terra, a Sesmaria do Iguaçu, doada aos padres jesuítas por Estácio de Sá, ainda em 1565. Nessa região, os jesuítas cultivaram a cana-de-açúcar e construíram vários engenhos de açúcar. Posteriormente, com a saída dos jesuítas, os engenhos foram substituídos pelas fazendas de café. Assim, até o início do século XIX, essa região ainda mantinha suas características rurais. Com a decadência da cultura cafeeira, as fazendas foram divididas e o perfil do bairro começou a se alterar. Já no fim do século XIX, o bairro começou a ser ocupado por várias fábricas e passa a se caracterizar como bairro operário, a partir da construção de vilas operárias como alternativa de moradia para a população trabalhadora atraída para a região. Mas muitas dessas pessoas não encontraram moradia nessas vilas operárias e nem tinham condições de pagar o preço do aluguel que passou a ser cobrado no bairro. Desse modo, começaram a ocupar as áreas de encosta da região, entre elas o Morro do Andaraí.

⁴ Cf. dados do Sistema Multimídia sobre os Assentamentos de Baixa Renda (Sabren), do Instituto Pereira Passos (IPP), da Prefeitura do Rio de Janeiro.

Nas oficinas do projeto Condutores(as) de Memória realizadas no Morro do Andaraí, destacou-se a participação das mulheres. Os assuntos eram muitos, e as conversas giravam em torno da formação escolar, das roupas e estilos da moda, dos hábitos alimentares, do meio ambiente, da sexualidade, dos bailes e dos blocos da época. Mas também foram rememoradas as lutas e a mobilização em torno dos problemas e das dificuldades da vida na comunidade. Um ponto comum entre as histórias levantadas em todas as comunidades é a referência aos “donos do morro”, que ameaçavam moradores e moradoras, com a cobrança de aluguéis indevidos e o uso, muitas vezes, da violência. Seu Darci, um dos moradores mais antigos do morro, lembra que onde existe hoje o Morro do Andaraí havia uma fazenda que foi desapropriada, cujas terras passaram a ser controladas por “grileiros”. Ele conta que as terras foram divididas: uma metade era controlada pelo Baita e pelo Bernardinho; a outra, pelo seu Candinho. Conta também que seu pai pagava aluguel pelo terreno onde havia construído um barraco, e, mesmo quando ele morreu, a família continuou o pagamento até conseguir finalmente comprar o terreno.



Oficinas realizadas no Morro do Andaraí
Arquivo Condutores(as) de Memória.

As moradoras Mara Fernandes e Sônia Guida se lembram com orgulho das experiências vividas pela comunidade. Contam que, ao longo dos anos, muitas coisas mudaram: as casas de madeira foram, aos poucos, substituídas pelas casas de alvenaria, os caminhos de barro foram pavimentados, as bicas d'água se transformaram em redes de água encanada, e as valas negras, por sua vez, em redes de esgoto. Lembram-se das latas d'água na cabeça e de todas as lutas travadas pela melhoria das condições de vida. Essas lembranças reforçam o espírito de solidariedade que unia todas as pessoas que lá moravam nessas conquistas.

Mas, apesar dos problemas, as pessoas do Morro do Andaraí também se recordam de que aquela era uma época ainda mais tranqüila, quando a qualidade da educação oferecida pelas escolas públicas era garantida, e o emprego ainda era mais fácil. Lembram-se da importância e da antiguidade da atividade fabril no bairro e das possibilidades de emprego que a região da Grande Tijuca oferecia por meio das fábricas que funcionavam nas redondezas como a Confiança, a América Fabril, além da Brahma e da Souza Cruz, entre outras.

Eu tenho 71 anos e moro no Morro do Andaraí desde 1931. Fui fundador do Clube Santo Agostinho e tenho parente no centro do morro. Meus pais vieram para o Andaraí em 1915 [...]. Quando meu pai chegou, só havia duas casas aqui, e a nossa foi a terceira. Naquele tempo não existia nada, era tudo mato.

As casas eram feitas de estuque [...]. Essa água que existe hoje naquela época não existia. Em 1942 teve um surto de tifo muito grande na rua Santo Agostinho e morreram duas pessoas. Em 1969 foi fundada a Associação de Proprietários do Morro do Andaraí [...]. Eu trabalhei na América Fabril por 38 anos, coisa que ninguém mais consegue hoje em dia. Naquele época, se a gente saísse do emprego, no dia seguinte já estava empregado. Havia muita fábrica aqui no Andaraí e nós não ficávamos desempregados.

Darci Beira Silvério

Morador do Morro do Andaraí e fundador do Clube Santo Agostinho

Antigamente se comia farinha com café, no café da manhã. Hoje, nós comemos pão com manteiga e outras coisas. Nós perdemos muitas indústrias de nossa região, como a companhia de cerveja Brahma, que era na rua José Higino, a fábrica Confiança na Maxwell, a companhia América Fabril. Tinha ainda a fábrica de

projétil e armamentos, outra fábrica que era na rua Ferreira Pontes, onde agora é o Banco do Brasil, tínhamos a Merck do Brasil, que foi para Jacarepaguá. Tivemos também a fábrica de tecidos e rendas na rua São Miguel, que acabou, e perdemos também a Souza Cruz, que oferecia muito emprego para a comunidade [...]. Minha mãe se casou na rua Leopoldo e eu vim morar no Morro do Andaraí com um ano de idade. Aqui tive meus filhos e meus netos. Somos três irmãos e nós sempre moramos aqui [...]. Entre 1942 e 1945, minha irmã conseguiu trazer o secretário de Saúde, dr. Guilherme Romano, aqui no morro. A água que nós usávamos, que era da rua Santo Agostinho, vinha de um rio onde era despejado esgoto, porque o morro estava crescendo muito. Nessa época, houve um surto de tifo no morro.

Nancy de Oliveira

Moradora do Morro do Andaraí

Entre todas essas lembranças, também havia muitas histórias pitorescas e curiosas, que povoavam o imaginário local. Entre elas, a história do lobisomem do Andaraí. Segundo seu Darci Beira Silvério, certa vez algumas pessoas da comunidade resolveram fazer uma festa junina em noite de lua cheia e decidiram que, naquele dia, pegariam um tal lobisomem que andava rondando por ali. Sentaram-se na esquina da rua Diogo e aguardaram. Então, desceu seu Angenor, irmão de d. Bernardina, que morava no número 463. Ele pegava de madrugada no trabalho e, ao passar pela turma de prontidão, perguntou o que o grupo fazia por lá aquela hora e recebeu a pronta resposta: “Hoje, nós vamos pegar o lobisomem!”. Seu Angenor desceu a rua e, algum tempo depois, pôs o paletó na cabeça e começou a subir o morro “de quatro”. Ele conta que foi uma correria só e não ficou ninguém para contar história.

Outra referência importante para moradores e moradoras do Andaraí é o Grêmio Recreativo Santo Agostinho. Lembram-se de que, embora o clube tenha sido fundado em 21 de abril de 1967, sua história começou bem antes, em novembro de 1949, embaixo de uma árvore, uma mangueira, no alto da rua Santo Agostinho. O primeiro presidente de honra foi o sr. José Marquês de Oliveira, mais conhecido como Zé Boas Condições. Seu Darci lembra-se de que a primeira sede do clube foi construída com doações de moradores e moradoras e com recursos do bingo organizado por ele. Importante local de sociabilidade para as pessoas do local, o Grêmio Recreativo Santo Agostinho também traz em sua história as marcas das conquistas da comunidade.

Eu acho que antigamente o pessoal tinha mais consciência política, em termos de querer um país melhor, uma condição de vida melhor. Hoje as pessoas não ligam muito para isso [...]. Muitos querem um país melhor, condições de vida melhor, mas não lutam para isso. Hoje em dia poucos jovens têm essa vontade.

Mara Fernandes

Moradora do Morro do Andaraí

Histórias do Salgueiro

No início de 2002, o projeto Condutores(as) de Memória chegou ao Salgueiro. Localizado no Morro da Tijuca, tem, atualmente, uma população de 3.431 habitantes.⁵ A comunidade do Salgueiro iniciou-se antes mesmo do fim da escravidão, quando ainda havia muita plantação de café, segundo pessoas mais antigas. Inicialmente denominado Morro dos Trapicheiros, sua ocupação começou por volta de 1885, e as primeiras pessoas que o habitaram foram escravas e escravos fugidos de propriedades existentes no Alto da Boa Vista, formando pequenos núcleos de população negra. Depois, foi a vez de migrantes vindos lá do interior do estado e do Nordeste. No entanto, somente a partir de 1901, essa ocupação se consolidou.

Como lembrava seu Melquíades, um ilustre morador da comunidade já falecido, a origem do nome Salgueiro vem de um português chamado Domingos Alves Salgueiro, que, no início do século XX, era proprietário de uma fábrica de conservas que existia na rua dos Araújos, além de outras áreas de terra na região. Antes de ter a fábrica, ele cultivava café e havia construído alguns barracões para escravas e escravos. Quando houve a abolição da escravatura, os libertos e as libertas que quiseram permanecer no lugar alugaram os barracões e lá moraram, constituíram família e, desse modo, a comunidade do Salgueiro cresceu. Algum tempo depois, por não conseguir arcar com os impostos cobrados pelo governo, o sr. Salgueiro acabou perdendo as terras, que, na ocasião, já estavam ocupadas. No entanto, seu nome já tinha se tornado uma referência para visitantes e para quem lá morava, associando-se definitivamente ao lugar. A partir da década de 1940, a ocupação do Salgueiro se intensificou, com a chegada de mais migrantes do interior do Rio de Janeiro e de outros estados.

Como relatam moradoras e moradores mais antigos, no início dessa ocupação as condições de vida eram muito precárias. Os barracos eram de madeira, e as telhas, de zinco. Não havia estradas e, para se alcançar

⁵ Cf. dados do Sistema Multimídia sobre os Assentamentos de Baixa Renda (Sabren), do Instituto Pereira Passos (IPP), da Prefeitura do Rio de Janeiro.



o alto do morro, era preciso subir pelas pedras. Cozinhava-se à lenha, depois a querosene. Comia-se carne de porco guardada na banha e costumava-se defumar lingüiça e fazer broa de milho, que substituíu o pão. A água para uso diário também era carregada na cabeça e na ‘balança’, e as roupas eram lavadas no rio e passadas com ferro a carvão. A luz era obtida pelo uso de lampião, querosene ou vela, e o transporte era feito, quando muito, por mula.

Moradoras e moradores mais velhos se lembram de que, quando chegaram ao morro, a vida não era fácil e que as poucas melhorias só começaram a chegar na década de 1970. Mas, apesar de todas as dificuldades, ainda encontravam tempo para o lazer e brincadeiras, para os bailes que mobilizavam toda a comunidade e para a “prosa” com amigos e amigas. Entre essas lembranças estão os blocos que animavam o carnaval naquela época. Contam que existiam três blocos: Azul e Rosa Unidos do Salgueiro; Azul e Branco; e Verde e Branco. Inicialmente, os três competiam entre si e nunca conseguiam uma boa classificação nos campeonatos. Um dia o Azul e Branco e o Verde e Branco resolveram se unir formando a atual escola de samba Acadêmicos do Salgueiro. O Azul e Rosa ainda resistiu por um tempo, mas acabou se incorporando ao Salgueiro. Desde

No alto à esquerda, Salgueiro, 1958

Fotógrafo não identificado. Arquivo Nacional, acervo Correio da Manhã.

Abaixo, Salgueiro, 1970

Bueno. Arquivo Nacional, acervo Correio da Manhã.

Acima, Salgueiro, 1958

Fotógrafo não identificado. Arquivo Nacional, acervo Correio da Manhã.



**Seu Melquíades, morador
do Salgueiro**
*Arquivo Condutores(as)
de Memória.*

então, a escola de samba, assim como sua comunidade de origem, tem construído uma história que acumula vitórias e é fonte de trabalho e orgulho da população local. O primeiro campeonato foi conquistado em 1963 e, de lá para cá, foram oito títulos de campeã. Como lembra seu Melquíades, essa história está registrada no livro *Salgueiro, 50 anos de glória*, escrito por Haroldo da Costa e publicado em 2003.

Essas histórias fazem parte do patrimônio cultural da comunidade, que além da cultura do samba preserva também o jongo, o caxambu, a folia-de-reis e o maracatu. Constituído, desde a sua origem, por uma população basicamente negra, o Morro do Salgueiro se renova permanentemente, passando essa tradição de geração a geração e valorizando o respeito pelo lugar. De acordo com essa tradição, as pessoas da comunidade costumam dizer que o Salgueiro tem uma estreita ligação com Xangô, porque o morro está sobre uma pedreira.

Atualmente o Salgueiro é uma área urbanizada, com creche, quadras polivalentes, um centro social e uma escola municipal. Com acesso por quatro vias que ligam o morro ao bairro da Tijuca, energia elétrica e água encanada, o transporte é feito por kombis e motos. Não se carrega mais lenha e nem se criam mais porcos, mas a experiência de luta e conquistas marcou a comunidade, que continua unida na construção de uma vida melhor.



**Oficina realizada no
Salgueiro**
*Arquivo Condutores(as)
de Memória.*

Histórias da Formiga

No fim de 2003, o projeto Condutores(as) de Memória chegou ao Morro da Formiga. As oficinas, como sempre, mobilizaram a população local, que partiu em busca de sua própria história, buscando reconstruí-la em detalhes, com precisão de datas e acontecimentos marcantes para a comunidade. Com aproximadamente 5.400 habitantes, o morro foi inicialmente ocupado por imigrantes de Portugal e da Alemanha em 1911, mas essa ocupação foi intensificada a partir de um loteamento que se estendeu pelas encostas, principalmente entre as décadas de 1940 e 1960. Moradoras e moradores mais antigos do morro contam que, com o loteamento, a área começou a ser urbanizada. Mas os trabalhadores contratados para fazer o calçamento acabaram se encantando pelo lugar e lá decidiram construir suas próprias casas.



Morro da Formiga, no início da década de 1970

Carlos. Arquivo Nacional, acervo Correio da Manhã.

Os trabalhadores aproveitavam a folga do fim de semana para construir seus barracos, mas, na segunda-feira, vinha a polícia e botava tudo abaixo. Essa luta durou algum tempo, até que tiveram a idéia de construir os barracos e ocupá-los imediatamente com seus pertences, caracterizando a moradia e garantindo sua permanência. Houve até quem inscrevesse o nome na porta de casa para evitar a demolição. Assim começou a história de luta e resistência da comunidade do Morro da Formiga.

Sou morador da Formiga desde 1932, e no decorrer desses anos as ruas foram sendo projetadas: projetaram a rua 1, projetaram a rua 2, e assim por diante. Então, eram poucas residências, e as poucas eram de propriedade dos portugueses, que foram os primeiros a chegarem aqui [...]. Quando fizeram o loteamento do morro, em 1934 por aí assim, lotearam e nós compramos e ficamos esses anos todos, a minha família toda, meus irmãos, todos. Meus pais morreram aqui e eu estou aqui até hoje. É por isso que nós somos todos amigos, os vizinhos são todos amigos. Lembro que antes era sem calçamento, eram caminhos, e depois é que abriram as ruas, em 1952, se não me falha a memória [...]. Naquela época era barro puro e, agora, nós [estamos] numa situação boa e queremos continuar e, se possível, melhorar.

José da Silva

Morador do Morro da Formiga

Eu nasci em 1935 e vim para a Formiga na década de 70. Vim de Belo horizonte com três filhos homens. Criei eles aqui no morro e hoje eles estão casados e com filhos. Eu já sou bisavô, inclusive. Mas eu já passei maus pedaços aqui. Porque em 70 não havia Kombi, não havia nada. A gente tinha que fazer tudo na canela, no ombro e era pela escada. A gente fazia compras, era no tempo das Casas da Banha, botava nas costas e subia trezentos e tantos degraus [...]. Era muita luta, muita luta mesmo. É difícil, se não encarar com firmeza não vai para frente não. Hoje eu já estou com 68 anos, estou com os filhos criados.

Antonio Bento Ribeiro

Morador do Morro da Formiga

Daí em diante, houve muitas lutas e vitórias, além de diversas histórias para contar. A origem do nome ainda provoca certa discussão. Uma das histórias que se conta na comunidade informa que esse nome surgiu

Morro da Formiga, no início da década de 1970

Demócrito. Arquivo Nacional, acervo Correio da Manhã.



na época em que a Prefeitura abriu as ruas 2 e 3, quando houve uma verdadeira invasão de formigas no morro. Apareceram muitos formigueiros e, segundo dizem, “daquelas cabeçudas”. Então, os funcionários da Prefeitura tentavam solucionar o problema diziam que, quando para lá dirigiam, iam para o “morro das formigas”. A brincadeira pegou e, com o tempo, o nome se tornou Morro da Formiga. Mas seu Jorge, morador do morro há mais de 60 anos, lembra que, na escritura dos lotes, vinha a referência de Morro da Cascata.

Também nas oficinas realizadas pelo projeto Condutores(as) de Memória apareceu a questão dos “donos” do morro. Antonio da Fonseca, o seu Toninho, conta que originalmente a Formiga era uma fazenda de café e que existia, num determinado local identificado por moradores e moradoras como “área da Coruja”, um grande alicerce onde escravos guardavam as ferramentas e dormiam. Tempos depois, a área foi loteada pelo seu Antero e passou a ser administrada por seu filho, dr. Carlos. Com a morte dos proprietários, as terras passaram para a Companhia Sul América

O Morro da Formiga também foi cenário de uma grande história de amor. É a história de d. Olga e de seu José, que se conheceram ainda crianças, quando seus pais eram vizinhos na Vila do Seu Mendes. Dona Olga conta que tinha um irmão caçula que tinha problemas de bronquite e não era batizado. Dona Elvira, sua vizinha e mãe de seu José, preocupada, dizia que ele tinha de ser batizado para ficar bom. Então, o pai e a mãe de d. Olga convidaram os vizinhos para batizar o menino e acabaram se tornando compadres. Seu pai foi trabalhar na Marinha e, sempre que lá ocorria uma festa e sobrava alguma coisa, ele levava as sobras para casa e dividia com os compadres vizinhos. Assim, construiu-se uma grande relação de amizade. Um dia, o pai e a mãe de d. Olga compraram uma casa em Mesquita, para onde mudaram, e se afastaram da convivência diária com os vizinhos. Mas os laços de amizade já eram muito fortes, e, vez por outra, visitavam-se. Numa dessas visitas, d. Olga levou de presente uma foto de sua formatura como datilógrafa e costureira, que a mãe de seu José pôs sobre o móvel da sala. Seu José, ao ver a foto, guardou-a e disse que queria encontrar “aquela morena bonita” do retrato. Marcaram, então, um encontro para o domingo seguinte, e, segundo contam, quando se encontraram ficaram se olhando, mudos, até que a mãe de d. Olga interrompesse. Finalmente, aproximaram-se e conversaram muito, matando a saudade da infância. Seu José perguntou se poderia vir outras vezes. O pai e mãe de d. Olga concordaram e, então, os jovens começaram a namorar.



Dona Olga e seu José, do namoro ao casamento, ainda moram no Morro da Formiga

No alto e à direita, arquivo pessoal. Acima, Arquivo Condutores(as) de Memória.

Hoje, passaram-se mais de 50 anos de amor e respeito, que resultaram em três filhos. Dona Olga conta que o reencontro foi a coisa mais emocionante que ocorreu em sua vida, e seu José, emocionado, manda um recado para a nova geração: “Quando se unirem a seus amores, façam tudo para serem amigos. Respeitem um ao outro, pois não existe coisa mais maravilhosa que o amor”.

Uma das tradições do Morro da Formiga é a folia-de-reis. Ela começou por volta da década de 1940 e existe até hoje. Naquela época, os então adolescentes Sebastião (mais conhecido como Adão de Deus) e Duzuca (conhecido como Zuma) resolveram criar uma folia-de-reis, a Amarela e Branca, que carregava a marca da criatividade de seus inventores. Os instrumentos eram feitos de papelão, e seu Sebastião foi seu primeiro palhaço. A folia logo mobilizou toda a comunidade e se tornou uma importante forma de sociabilidade local, atraindo homens, mulheres e crianças. Moradoras e moradores abriam suas casas para recebê-la e participavam com muita alegria. Mais tarde, surgiram outras



**Senhor Adão de Deus,
primeiro palhaço da
folia-de-reis do Morro da
Formiga**

*Arquivo Condutores(as)
de Memória.*

**À esquerda, Morro da
Formiga, 1971**

*Gilmar. Arquivo Nacional,
acervo Correio da Manhã.*

folias como a do seu Zé pequeno, a do seu Edésio, a da d. Dodoca, a do Camarão e a do Valdemar. As folias tornaram-se, assim, uma tradição da comunidade, atraindo a juventude do local. Até hoje, a folia arrasta moradoras e moradores pelas ruas da Formiga.

Eu sou do setor da organização comunitária da Agenda Social e, desse trabalho que houve, nós escrevemos um livro onde participamos eu, o Hélio de Oliveira, o Valter José Pereira e o pastor Sebastião. Esse livro conta a história comunitária, não é a história do morro, é a história do desenvolvimento da comunidade do Morro da Formiga [...]. É importante que a gente monte uma biblioteca. E também já estamos montando uma ONG chamada Novo Horizonte, que vai trabalhar para trazer benefícios para a comunidade. A nossa intenção é trabalhar em cima de projetos sociais para recuperar nossas crianças, os idosos, ter um espaço onde eles possam trocar idéias. E a nossa sede é aqui na rua Cascatinha.

Nilza Rosa dos Santos

Moradora da Formiga e diretora da ONG Novo Horizonte

A experiência nas escolas

Em 2002, após consolidar o trabalho das oficinas de memória nas comunidades do Borel, da Chácara do Céu e do Morro do Andaraí, o projeto Condutores(as) de Memória partiu para a rede pública de ensino. O objetivo desse trabalho nas escolas públicas e comunitárias da região era levar a discussão sobre a memória das favelas da Grande Tijuca para o espaço de construção do saber formal, buscando estabelecer uma relação entre o trabalho realizado nas comunidades por meio das oficinas e aquele desenvolvido por professores e professoras com crianças e adolescentes no espaço escolar.

O trabalho foi realizado, inicialmente, na Escola Municipal Barão de Itacuruçá, na Escola Municipal Araújo Porto Alegre e no curso noturno da Escola Municipal Soares Pereira. Posteriormente, o projeto foi levado às escolas municipais Afonso Pena, Marcelo Cândia e Almirante Barroso, ao Ciep Antoine Margarino Torres e à escola particular Oga Mitá. Além disso, o projeto foi proposto nas escolas municipais Laudímia Trota, Brito Broca e Geraldo Bombeiro Dias.

As atividades desenvolvidas envolviam sempre alunos(as) e professores(as) num trabalho inicial de sensibilização para o tema da memória local. O trabalho foi iniciado por meio do contato das educadoras responsáveis pelo projeto Condutores(as) de Memória com a direção da escola, que, concordando com a proposta de trabalho, permitia que as professoras e os professores fossem sensibilizados e capacitados, além de dar-lhes material e informações sobre o projeto. Os informativos elaborados pelas educadoras sobre cada comunidade já trabalhada e o vídeo realizado nas comunidades do Borel e da Chácara do Céu serviram de ponto de partida para que os(as) próprios(as) professores(as) fizessem o trabalho com os(as) alunos(as). A partir daí, a metodologia utilizada ficou a critério de cada estabelecimento de ensino. Algumas escolas organizaram debates com as responsáveis pelo projeto, outras realizaram dinâmicas com os(as) alunos(as) e outras ainda inseriram o tema da memória local no calendário escolar. Também houve aquelas que convidaram as avós dos(as) alunos(as) para uma tarde de conversas sobre as histórias da comunidade, valorizando, desse modo, a cultura local.

Essa foi uma importante etapa de desenvolvimento do projeto, já que o processo de trabalho sobre o tema da memória com alunos e alunas das escolas públicas possibilitou a construção de um outro olhar sobre a história de suas comunidades de origem, para além da “história oficial” encontrada nos livros didáticos. A proposta consiste em despertar, nos(as)

AL, 2 DE DEZEMBRO DE 2002 • CONCLUÍDO ÀS 18H33

“Ligem dos morros e mostrar que a história dela

memória das

2002-
12-02

Folha de São Paulo,
2 de dezembro de 2002

alunos(as), a capacidade de pensar historicamente, incentivando, assim, a reconstrução do conhecimento da região em que moram e a identificação positiva com a realidade na qual vivem. Considerando que o espaço escolar é um importante espaço de construção das relações e identidades sociais, torna-se importante, pedagogicamente, que os alunos e as alunas percebam que também são atores que constroem a história, assim como as pessoas de suas famílias e todo o grupo social ao qual pertencem.



**Oficinas realizadas na
escola Oga Mitá**
*Arquivo Condutores(as)
de Memória.*

Além disso, a entrada do projeto Condutores(as) de Memória nas escolas colaborou para estreitar os vínculos com as comunidades trabalhadas. Pelos depoimentos de jovens e antigos(as) moradores(as) exibidos no vídeo, foi possível estimular o debate sobre o processo de construção coletiva da história local, levando professores(as) e alunos(as) a refletirem sobre a importância das pessoas comuns, por meio de suas trajetórias e experiências de vida, para essa construção. Na verdade, esse trabalho possibilitou que tais crianças e adolescentes repensassem não só a própria história, mas também a inserissem no contexto da cidade como um todo, contribuindo para pensar criticamente a questão da exclusão social que muitas vezes vivenciam. O princípio básico desse trabalho era o desenvolvimento da capacidade de observação do meio em que se vive, relacionando acontecimentos passados com situações do presente. Assim, tanto os(as) alunos(as) como os(as) professores(as) puderam identificar a ausência da história das favelas e de suas comunidades na grade curricular das escolas.

Acima de tudo, a entrada do projeto Condutores(as) de Memória nas escolas contribuiu para desfazer o preconceito e diminuir a distância existente entre “favela” e “asfalto”, fornecendo aos(às) professores(as), geralmente oriundos(as) da classe média, informações que permitem compreender a realidade social dos alunos e das alunas, em sua maioria residentes em favelas e bairros populares. Após a realização do trabalho nas escolas, seu resultado

era apresentado às educadoras responsáveis pelo projeto pelo preenchimento de uma ficha de avaliação. Além disso, o material produzido pelos(as) alunos(as) como cartazes e redações, entre outros, foi disponibilizado e se tornou material para o próprio projeto Condutores(as) de Memória.

A participação em outros fóruns sociais

Para além das comunidades da Grande Tijuca, o projeto foi em busca de novas experiências bem-sucedidas em outras favelas da cidade. Com esse objetivo, no início de abril de 2002 as educadoras responsáveis pelo projeto Ruth, Maurilea e Maria Aparecida, acompanhadas de Nahyda Franca, pesquisadora do Ibase, fizeram uma visita ao Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (Ceasm) para conhecer a Rede Memória Local. A aproximação com a iniciativa desenvolvida na Maré surgiu a partir de uma pesquisa realizada pelo Ibase em comunidades no entorno da Baía de Guanabara. Na ocasião, a equipe do Condutores(as) de Memória teve a oportunidade de ver um projeto de memória idealizado e implementado pela própria comunidade, em parceria com a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio) e com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que possibilitou à Rede Memória Local a reunião de um acervo de aproximadamente 900 imagens, a partir do qual a iniciativa tem organizado exposições e resgatado fatos importantes da história local. A idéia da Rede Memória Local é disponibilizar o acervo para o público em geral, já que o projeto tem recebido demandas de crianças e adolescentes da comunidade que realizam pesquisas escolares sobre a história da comunidade da Maré. Na visita, a equipe do Condutores(as) de Memória aproveitou para lançar a proposta de um seminário conjunto, que pudesse reunir e possibilitar a troca de experiências entre todas as iniciativas que buscam resgatar a memória e a história das favelas da cidade do Rio de Janeiro. Tal proposta foi concretizada posteriormente, organizada pelo Viva Rio e pelo Instituto de Estudos da Religião (Iser).

A partir dos resultados das oficinas de memória realizadas nas comunidades, o projeto Condutores(as) de Memória começou a ganhar cada vez mais autonomia e reconhecimento e se tornou uma referência importante no campo das iniciativas que trabalhavam com a memória das favelas na cidade do Rio de Janeiro. O projeto procurou, então, responder a uma demanda de ampliação de sua área de atuação, o que evidenciou seu êxito e a necessidade crescente de sensibilizar um número cada vez

**Palestra na Escola de
Educação da UFF, em Niterói**
*Arquivo Condutores(as)
de Memória.*



maior de pessoas para a importância da memória na construção de uma representação positiva das favelas cariocas e da identidade de seus moradores e suas moradoras.

Com a continuidade das atividades, suas educadoras começaram a ser convidadas para participar de outros eventos e fóruns sociais. Diversas instituições e entidades solicitaram palestras e entrevistas, e surgiram convites para que capacitassem outros grupos e ajudassem iniciativas similares. Assim, se, no início do projeto, o foco principal de suas atividades eram as oficinas de memória, com o seu desenvolvimento passou a ser a capacitação de outros grupos locais, preparando-os para realizarem o trabalho de reconstrução da memória coletiva e resgate da história de suas próprias comunidades.

Essa nova etapa do trabalho começou a ser desenvolvida não só na Grande Tijuca, mas também em outras regiões da cidade. Uma dessas experiências foi a capacitação que as educadoras do projeto ofereceram para o grupo Nós do Morro, na comunidade do Vidigal, em 2003. Essa foi a primeira de uma série de “oficinas de multiplicadores”, como passaram a ser denominadas. O contato com o pessoal do Nós do Morro ocorreu num evento comunitário promovido pelo projeto Geração Local – Juventude e Política na Grande Tijuca, articulado à Agenda Social Rio e coordenado pelo Instituto de Imagem e Cidadania e pelo Ibase, no Morro da Casa Branca. A partir desse primeiro contato surgiu o convite para que as educadoras do Condutores(as) de Memória organizassem algumas oficinas no Vidigal a fim de que elas pudessem transmitir a experiência do projeto aos membros do grupo Nós do Morro. Esse trabalho gerou frutos, e o próprio grupo realizou um filme sobre a memória local. Essas “oficinas de multiplicadores” também ocorreram, em 2005, na Casa Branca, na Grande Tijuca, em 2004, e nas comunidades do Cerro-Corá, no Cosme Velho; Mata Machado, no Alto da Boa Vista; e Rio das Pedras, em Jacarepaguá.



O Condutores(as) de Memória também vem sendo divulgado para um público mais amplo em atividades como o seminário Memória das Favelas – Iniciativas, Conquistas e Desafios, realizado na sede do Viva Rio e do Iser em 2003, que reuniu, além de outras iniciativas similares ao projeto desenvolvidas em outras comunidades e regiões da cidade, cientistas sociais, historiadores(as), jornalistas e lideranças locais, todos estudiosos e estudiosas sobre o tema. Essa iniciativa possibilitou ao grupo estabelecer contato com outros projetos semelhantes como o Centro Histórico da Rocinha, Casarão dos Prazeres, com os organizadores do Portal Viva Favela e do site Favela Tem Memória-Viva Rio/Iser, com o Grupo Cultural Jongo da Serrinha, além do Ceasm, com o qual já havia estabelecido um primeiro contato, e de outros centros de estudos sobre favelas como o Urbandata-Brasil.

Outra atuação importante, para além dos limites das próprias comunidades trabalhadas, foi a participação no seminário Memória Social e Favelas, organizado pelo Laboratório de Educação Patrimonial (Laboep) da Universidade Federal Fluminense (UFF) e realizado na Faculdade de Educação dessa universidade, em Niterói, além do seminário Grande Tijuca Tem Memória e História para Contar, organizado na Universidade Candido Mendes (Ucam), no campus Tijuca, como uma das atividades da Agenda Social Rio/Ibase, ambos em 2004.

Fotos superiores, oficina de multiplicadores(as) realizada no Vidigal
Arquivo Condutores(as) de Memória.

Fotos inferiores, oficina de multiplicadores(as) realizada na Casa Branca
Arquivo Condutores(as) de Memória.



**Palestra realizada na Suam,
em Bonsucesso**
*Arquivo Condutores(as)
de Memória.*

Além da participação nos seminários, a equipe responsável pelo projeto também proferiu palestras em algumas universidades, como a Sociedade Universitária Augusto Motta (Suam), em Bonsucesso, e a Universidade Estácio de Sá, na Barra da Tijuca, sempre com a participação de alunos(as) da graduação e pós-graduação. As educadoras também concederam entrevistas ao Urbandata-Brasil, da Ucam, e ao CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas, e também ao Portal Viva Favela/Viva Rio e à Rádio Viva Rio, ao jornal Folha de S.Paulo, à Rádio Mulher da ONG Cemina, à Rádio MEC e à revista internacional *Colors*, numero 53.



**Entrevista para a
revista *Colors***
*Arquivo Condutores(as)
de Memória.*

Elaboração da experiência

Ao mesmo tempo em que colaboravam ativamente para o processo de reconstrução da memória coletiva das comunidades da Grande Tijuca, até mesmo qualificando outros grupos sociais para o resgate de sua própria história, a equipe de educadoras do projeto Condutores(as) de Memória sentiu necessidade de refletir sobre essa experiência. Para isso, era preciso aprofundar a perspectiva com a qual trabalhou até então e elaborar o conhecimento adquirido a partir das oficinas de memória e de todas as outras atividades realizadas ao longo do desenvolvimento do projeto. Com esse objetivo participaram de uma primeira etapa de capacitação por meio do curso Memórias Urbanas, ministrado pelas antropólogas Neiva Vieira da Cunha e Anamaria Fagundes. O curso foi realizado na Escola Oga Mitá, na Tijuca, de junho a agosto de 2004. Uma segunda capacitação das educadoras do projeto foi o curso Memória, Espaço e Cultura Material, ministrado pelo professor Marcelo Abreu, também na Escola Oga Mitá, em maio de 2005. Esses dois cursos reuniram não só as educadoras do projeto, mas também outros(as) gestores(as) sociais, lideranças e outros(as) moradores(as) das comunidades da Grande Tijuca, e isso permitiu qualificar melhor o grupo para a execução de suas atividades. O objetivo dessas capacitações era fornecer elementos teórico-metodológicos, além de uma perspectiva histórica e socioantropológica, que pudessem auxiliar o trabalho de levantamento e análise de dados coletados.

Centro de memória da Grande Tijuca

Em seis anos, o projeto Condutores(as) de Memória percorreu um longo caminho e, durante esse percurso, foi produzida e resgatada, nas comunidades trabalhadas, uma grande quantidade de material. A partir das oficinas de memória, muitos documentos foram resgatados, histórias de vida e trajetórias sociais foram registradas (em áudio e, muitas vezes, em vídeo), fotos antigas foram recuperadas e novos registros fotográficos foram feitos. Esse material apresenta um valor particularmente importante, pois, por meio dele, torna-se possível a construção de um novo olhar sobre a história das favelas, que leve em consideração a experiência de vida e o ponto de vista das moradoras e dos moradores dessas comunidades como atores sociais. Para além da própria história das favelas, a

riqueza desse material traz também uma importante contribuição para a história urbana da cidade do Rio de Janeiro. Todo esse material reunido pelo Condutores(as) de Memória constitui parte importante do acervo do projeto Centro de Memória da Grande Tijuca, ainda em fase de elaboração. O objetivo desse projeto é sistematizar e, posteriormente, disponibilizar esse material não só para as comunidades que participaram do projeto, mas a todos(as) os(as) moradores(as) da Grande Tijuca, além de pesquisadores(as) e público em geral.

Capitaneado pela Agenda Social Rio e pelo Ibase, o projeto Centro de Memória da Grande Tijuca teve sua origem nos projetos Condutores(as) de Memória e História das comunidades e bairros da Grande Tijuca.⁷ Seus principais objetivos são a reconstituição e a divulgação da memória da região, por meio de um trabalho coletivo entre moradores(as) da “favela” e do “asfalto”. Pretende, assim, contribuir para a desconstrução da distância e da imagem negativa que sempre foi atribuída às favelas no imaginário social, pensando-a como parte da cidade e destacando sua importância para a conformação desse espaço urbano. Nesse sentido, busca dar continuidade à proposta da Agenda Social Rio, iniciada ainda em 1998, com a consolidação de um compromisso social que envolva diversos setores da sociedade, em torno da garantia de uma cidade para todos e todas.

Focalizando suas ações no resgate da memória das favelas da Grande Tijuca, desde 2000, por meio do projeto Condutores(as) de Memória, a Agenda Social Rio buscou chamar a atenção para a versão de atores que, do ponto de vista da história “oficial”, sempre ocuparam uma posição “marginal”. Assim, a proposta do projeto parte do pressuposto de que a memória de todas as pessoas que vivenciam o espaço urbano e as representações que constroem sua experiência nesse espaço constitui importante patrimônio histórico-cultural da cidade. Nessa proposta, a noção de memória não é pensada como algo estático, fixado no passado, mas como um processo dinâmico, elaborado coletivamente, visando à construção de um futuro possível. Para isso, utiliza a memória como instrumento para uma reflexão sobre o lugar destinado às favelas na cidade, ao longo de sua história. Busca reconstituir um contexto mais amplo na qual se possa acompanhar a mudança de perspectiva em termos das políticas públicas propostas para essas comunidades, orientadas inicialmente para a “remoção” e, posteriormente, para um processo de “integração”, por meio de programas de urbanização e regularização fundiária. Essa mudança certamente representa uma forma de “reconhecimento” da favela. No entanto, esse reconhecimento sempre foi

⁷ Esse projeto resultou no livro Quando memória e história se entrelaçam: a trama dos espaços na Grande Tijuca, organizado por Alexandre Mello e Márcia Leite, docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e por Nahyda Franca, pesquisadora do Ibase. O livro foi publicado pelo Ibase em 2003.

marcado por uma grande ambigüidade, pois, com a intensificação da criminalidade violenta relacionada, sobretudo, ao tráfico de drogas, as representações sobre as favelas continuam sendo construídas como uma permanente “ameaça”, como algo que deve ser “extirpado” a todo custo da paisagem da cidade.



Reunião da Associação de Moradores do Borel

*Fotógrafo não identificado.
Arquivo Condutores(as)
de Memória.*



MEMÓRIA URBANA E IDENTIDADE SOCIAL



Processo coletivo

O fato de assistir aos mesmos acontecimentos, de privar com os mesmos homens, de distribuir entre esses homens e acontecimentos seus entusiasmos e suas cóleras, obriga os indivíduos a selecionar de comum acordo sua experiência comum, retornando incessantemente aos mesmos pontos, nela impregnando seus corações e suas inteligências, decorando assim, de certa forma, uns dos outros, os temas esquemáticos, cujo conjunto representará em seguida, para cada um, o período correspondente de suas vidas, e todos, evocando-os, terão a ilusão de encontrar lembranças pessoais.

Charles Blondel (1960, p.183)

A identidade é um dos bens mais preciosos para qualquer pessoa. Sua perda pode significar alienação, sofrimento e angústia. Ela começa a ser construída desde a infância e, a partir daí, deverá ser permanentemente reconstruída ao longo de várias etapas da vida. Mas o indivíduo não a constrói isoladamente. Ela é o produto de sucessivos processos de socialização, nos quais tanto as representações que temos de nós mesmos(as) como aquelas que as outras pessoas constroem a nosso respeito desempenham papel fundamental. Assim, a identidade é sempre resultado de um processo coletivo. A partir de nosso pertencimento a um grupo social, atribuímos significado a nossa trajetória e experiência de vida.

Nesse processo de construção da identidade, a memória desempenha um papel fundamental. Por meio de nossas lembranças, reconstruímos nosso passado e projetamos o futuro. Mas não é da memória propriamente dita que nosso passado retira a consistência e a continuidade que o caracterizam a nossos olhos. Na verdade, nosso passado deve essas qualidades à intervenção de fatores sociais, à permanente referência de nossa experiência individual à experiência comum a todos os membros de nosso grupo (Blondel, 1960).

Assim, recordamos a nossa infância a partir de nosso grupo familiar, o nosso bairro como membros de uma comunidade, e assim por diante. A memória é o resultado de uma reconstituição do passado dentro de um quadro de referências comum a um determinado grupo social. Por isso, nossas lembranças só adquirem significado em relação a esse conjunto mais abrangente, do qual elas fazem parte. Dessa forma, o que a memória individual nos oferece é um ponto de vista da memória coletiva. Ela não deve ser considerada, portanto, como um dado imediato da



**Favela Santo Antônio,
removida na década de 1950**

*Fotógrafo não identificado.
Arquivo Nacional, acervo
Correio da Manhã.*

consciência individual, mas como uma construção social, que varia em função do lugar que se ocupa na sociedade (Halbwachs, 1990).

Nossas lembranças são o resultado de uma série de pensamentos coletivos, aos quais não se pode atribuir separadamente uma existência porque é justamente o conjunto desses pensamentos coletivos que as compõem. Essas lembranças também dependem do quadro histórico no qual evoluem o grupo e os indivíduos que rememoram, revelando a importância das representações do presente na construção da memória. Assim, o passado será sempre reconstruído por nós a partir do presente, tomando como referência os quadros sociais da memória (Halbwachs, 1990).

Essa reconstituição da memória coletiva é um elemento fundamental para a vida social, tanto para sua permanência como para sua reprodução e continuidade. O que a memória realiza é a reinvenção de um passado comum, fornecendo a base para que as pessoas interpretem o presente e projetem o futuro. Por essa razão, quando se dispuseram a elaborar sua memória, os moradores e as moradoras do Borel, da Chácara do Céu, do Morro do Andaraí, da Formiga e do Salgueiro passaram a reconstituir suas trajetórias individuais a partir do acervo de lembranças comum a todos(as). Foi tomando como ponto de referência os acontecimentos que viveram juntos e o ponto de vista do lugar social que ocupam no presente, que foram capazes de fazer esse trabalho de reconstrução.

Essa reconstrução e o resgate de sua memória coletiva nos oferecem a possibilidade de colocar em questão – e refletir criticamente sobre elas – as representações sociais da favela que, ao longo de décadas, se tornaram hegemônicas no imaginário urbano do Rio de Janeiro. Originalmente, esse processo de construção toma como referência as primeiras descrições e imagens construídas ainda no fim do século XIX e no início do século XX. Nessa época, a favela começou a ser “descoberta” e reconhecida, não só pelo poder público como pela elite intelectual, e passou a ser identificada como um “problema social” (Valladares, 2005).

Tal concepção tinha como pressuposto fundamental a idéia de que a favela expressava uma forma de ocupação do espaço urbano que ia de encontro aos princípios racionalistas de organização e expansão da cidade, defendidos e efetivamente implementados pelos gestores públicos. Ela representava, naquele contexto, um espaço claramente marcado por padrões estéticos e funcionais indesejáveis, por oposição à idéia de modernidade, eficiência e beleza que deveriam orientar tais políticas públicas. Além disso, sua representação era fundamentalmente caracterizada pela noção de ausência: um espaço sem água, sem luz, sem esgoto ou coleta de lixo, sem calçamento ou qualquer outra forma de infra-estrutura urbana, mas,

acima de tudo, sem ordem, sem regras, sem moral, enfim, representada como um verdadeiro caos (Silva, 2005). Essas representações negativas dos espaços da favela suscitaram propostas de enfrentamento e solução do “problema”. Assim, desde as primeiras décadas do século XX, começaram a surgir propostas de “erradicação” ou “remoção” desses espaços, dando origem, alguns anos mais tarde, às políticas públicas de remoção de favelas implementadas na cidade do Rio de Janeiro.



Desde o fim do século XIX, a questão da habitação popular começou a se apresentar como um desafio a ser enfrentado pelo poder público. Antes mesmo do surgimento da favela no espaço urbano, as habitações coletivas (ou “cortiços”), como forma por excelência de habitação das classes populares, já eram identificadas como lugares insalubres, “fontes da doença e do vício”, “antro da malandragem e do crime” e, portanto, uma permanente ameaça à ordem social e moral. Sua população, composta essencialmente por trabalhadores(as) pobres e escravos(as) libertos(as), era identificada como “classes perigosas” e, por todos esses motivos, deveria ser afastada das áreas centrais da cidade. Essa identificação relacionava-se não somente ao perigo que essa população oferecia à manutenção da ordem pública, mas relacionava-se diretamente ao perigo de contágio tanto do ponto de vista dos “maus hábitos e costumes” como no sentido do contágio e propagação de doenças contagiosas e

A favela do Pinto, no Leblon, foi removida em 1969

Luis Pinto. Arquivo Nacional, acervo Correio da Manhã.

epidemias, em função da total precariedade de suas formas de habitação. Surge, assim, a ideologia do higienismo, que passou a orientar fortemente as ações do Estado a partir desse período (Chalhoub, 1996).

Um episódio que ilustra exemplarmente essa questão foi a destruição do mais célebre cortiço carioca, conhecido como Cabeça de Porco, que se localizava na rua Barão de São Félix, número 154, no centro da cidade do Rio de Janeiro. A estalagem foi violentamente destruída em 1893 pelo então prefeito Barata Ribeiro, sem que nenhuma providência fosse tomada a fim de indenizar e reinstalar os moradores e as moradoras que o ocupavam (Chalhoub, 1996). Segundo alguns estudos, após a demolição do Cabeça de Porco, o prefeito, que teria permitido que as pessoas que lá moravam aproveitassem a madeira que poderia ainda ser utilizada. Assim, algumas pessoas se instalaram na encosta do Morro da Providência, localizado atrás da estalagem, e nesse local construíram suas novas moradias com o material aproveitado (Vaz, 1986). Logo depois, em 1897, desembarcaram no Rio os primeiros soldados que voltavam da Campanha de Canudos. Eles também se instalaram no Morro da Providência, que, a partir daí, passou a ser chamado de Morro da Favella,⁸ dando origem à primeira favela da cidade (Zylberberg, 1992).

⁸ Segundo o dicionário Houaiss, favela é um “arbusto ou árvore (*Jatropha phyllacantha*) da fam. das euforbiáceas, que ocorre no Brasil (N.E. e S.E.), de ramos lenhosos, folhas repandas ou sinuosas e denteadas, flores brancas, em cimeiras, e cápsulas escuras, verrucosas, com sementes oleaginosas e de que se faz farinha rica em proteínas e sais minerais; faveleira, faveleiro, mandioca-brava”. Ainda no Houaiss, a etimologia de favela indica: “fava + -ela; segundo Nascentes, a acepção ‘habitação popular’ surge após a campanha de Canudos, quando os soldados, que ficaram instalados num morro daquela região chamado da Favela, provavelmente por aí existir grande quantidade da planta favela, ao voltarem ao Rio de Janeiro, pediram licença ao Ministério da Guerra para se estabelecerem com suas famílias no alto do morro da Providência e passaram a chamá-lo morro da Favela, transferindo o nome do morro de Canudos; o nome se generalizou para ‘conjunto de habitações populares’”.

No início do século XX, mais precisamente em 1902, Rodrigues Alves assumiu a Presidência da República e deu início a um vasto programa de obras públicas que se concentrava na remodelação urbanística e no saneamento da cidade do Rio de Janeiro. Para executar a reforma urbana, o governo nomeou o prefeito Pereira Passos e, para implementar a reforma sanitária, escolheu o médico sanitarista Oswaldo Cruz. Nesse período, Pereira Passos intensificou o combate às habitações insalubres representadas pelos cortiços, desencadeando contra eles uma verdadeira “guerra” que ficou conhecida como “o bota-abaixo” ou “a era das demolições”, cujo objetivo era “sanear” e “civilizar” a cidade, erradicando essas formas de habitação popular. E muitos são os trabalhos que indicam uma ligação direta entre a ocupação dos morros e a destruição dos cortiços da área central da cidade (Rocha, 1985; Benchimol, 1990; Vaz, 1986; Chalhoub, 1996).

Em torno do fim da década de 1920, acentuou-se a crise habitacional e intensificou-se a expansão das favelas na cidade, o que deu mais peso a sua representação como um “problema” a ser resolvido. Diante desse quadro, intensificam-se também as propostas de políticas públicas visando a sua erradicação. Nesse período, foi solicitado ao urbanista francês Alfred Agache um plano de “remodelação, extensão e embelezamento” para a cidade do Rio de Janeiro, que incluía uma parte sobre as favelas.

Definindo-as como uma espécie de “formação espontânea” desenvolvida no “alto dos morros” e composta por uma população “avessa a toda e qualquer regra de higiene”, o plano recomendava a construção de “vilas-jardins operárias” para onde as pessoas que moravam nas favelas seriam transferidas e sugeria a proibição, por parte das autoridades públicas, de toda e qualquer “construção estável” nas favelas. De seu ponto de vista, as favelas representavam um sério problema à estrutura urbana da cidade, “sob o ponto de vista da ordem social, da segurança, da higiene, sem falar da estética” (Zylberberg, 1992).

Mas as políticas públicas de favelas começaram a ser implementadas a partir da década de 1940 e adquiriram impulso nas décadas de 1960 e 1970. Surgiram, nesse período, uma série de órgãos na administração pública do estado do Rio de Janeiro encarregados de pensar ações para as favelas, e instituições religiosas e beneficentes intensificaram sua atuação nessas áreas. Além disso, foram produzidos importantes relatórios e realizadas as primeiras estatísticas sobre as favelas na cidade. A partir daí, as políticas de remoção são efetivamente aplicadas, por meio da criação dos parques proletários, dos centros de habitação provisória e da construção dos conjuntos habitacionais, como a Cidade de Deus. Favelas como a do Morro do Pasmado, da Praia do Pinto, da Catacumba e do Esqueleto somem definitivamente do mapa. Mas, apesar da ênfase na idéia de “erradicação” e “remoção”, aos poucos começaram a surgir propostas no sentido contrário, que visavam exatamente à urbanização das favelas e sua integração ao espaço da cidade.

No entanto, especialmente ao longo desse período, surgiram movimentos sociais de resistência às remoções a partir da criação das associações de moradores(as). Em 1945, foram criadas as primeiras “comissões” dos morros do Pavão/Pavãozinho, Cantagalo e Babilônia, para formular uma pauta de reivindicações relativas aos problemas de infraestrutura locais a fim de evitar a remoção. Em 1953, foi criada, no morro do Borel, a União dos Trabalhadores de Favelas, cujo objetivo também era atender às reivindicações e os direitos sociais dos(as) moradores(as) de favelas e exigir o fim das remoções. Em 1963, criou-se a Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara (Fafeg), com a participação de mais de cem associações registradas (Iser, 2004; Silva, 2005; Valladares, 2005).

Em 1993, surgiu a proposta de criação de um programa habitacional específico para as favelas do Rio de Janeiro, o Programa Favela-Bairro. Como parte das ações implementadas pelo Grupo Executivo de Assentamentos Populares (Geap), esse programa objetivava prover as favelas



**Favela Santo Antônio,
removida na década de 1950**

Fotógrafo não identificado.

Arquivo Nacional, acervo

Correio da Manhã.

de infra-estrutura urbana sob a forma de saneamento básico e acesso a equipamentos e mobiliários urbanos, assim como favorecer as condições ambientais que pudessem caracterizá-las como bairros da cidade.

É essa história de luta pela permanência em seus locais de origem e por melhores condições de vida nas favelas que o projeto Condutores(as) de Memória procura evidenciar, por meio de relatos de quem mora nesses espaços. A memória revela o enraizamento ao local onde essas pessoas vivem depois de muitos anos. Trazer à tona tais lembranças significa muito mais do que relembrar uma história vivida por esses atores que participaram efetivamente da conformação do espaço que hoje partilhamos. Recuperar a memória dessas comunidades por meio dos depoimentos e das trajetórias de vida possibilita a apreensão do cotidiano de quem lá mora pelas suas práticas, suas maneiras de pensar e sentir, seus costumes, além da materialidade dessas práticas por meio de suas formas de habitar, pois “o caminho para definir a identidade, o caráter de certos bairros, regiões ou centros urbanos depende, portanto, em maior ou menor grau, de se reconstituir a história de seus espaços e da maneira de praticá-los” (Mello; Vogel, 1984).

Depoimentos

É uma honra para nós da Oga Mitá ter participado desse projeto que resgata a história, conta a história e, principalmente, ajuda a mudar a História

Angela Santos

Coordenadora pedagógica da Escola Oga Mitá

Os 13 componentes do Grupo Nós do Morro que participaram da Oficina de Formação de Multiplicadores realizada pelo projeto Condutores de Memória, na terceira edição do Fórum Social da Juventude na Grande Tijuca, tiveram a oportunidade de vivenciar a memória local, valorizando a identidade social e a auto-estima. Assim, percebemos a importância de multiplicar a ideia do projeto na sede do Grupo Nós do Morro.

Ana Cristina

Grupo Nós do Morro

Sem dúvida, a parceria com o Condutores de Memória e o Projeto Agente Jovem de Conservação da comunidade da Casa Branca foi fundamental. A partir da terceira edição do Fórum Social Mundial da Juventude da Grande Tijuca, houve uma reflexão maior a respeito da identidade dos jovens que participaram do projeto, da comunidade que nos acolheu, além de outros projetos que tiveram a oportunidade de ter contato com essa metodologia.

Raphael Gonçalves

Projeto Agente Jovem

Nós, da Escola Almirante Barroso, tivemos o prazer e a felicidade de participar do projeto Condutores de Memória, que falava de nossas comunidades. Sendo assim, com essa parceria, nossos alunos tiveram a oportunidade de conhecer mais sobre o lugar em que moram, valorizando seu espaço. Com isso, nossos alunos vivenciaram a cidadania, o respeito ao lugar onde moram e, principalmente, resgataram sua identidade, chegando à conclusão de que todos são iguais e fazem parte de um mesmo ideal: serem cidadãos do futuro.

Liamar Rocha dos Santos

Diretora da E. M. Almirante Barroso

Para mim, esse projeto é de extrema importância porque possibilita o resgate da história das comunidades pobres, contribuindo para que se possa, a partir desses contextos, apreender os processos de luta e avanços alcançados pela sociedade brasileira. O fundamental é que esses processos são estudados e contados por quem vivenciou e vivencia esta realidade, por pessoas que têm pouco espaço para exporem suas idéias e opiniões, mas que, sem sombra de dúvida, são responsáveis pela resistência e consolidação da democracia brasileira.

Sandra P. Jouan

Socióloga é uma das organizadoras do curso que originou o projeto Condutores(as) de Memória

Agradecimentos

Agradecemos a todas as pessoas que prestaram apoio e colaboraram com as atividades do projeto Condutores(as) de Memória, em especial as associações de moradores do Borel, Chácara do Céu, Morro do Andaraí, Salgueiro, Formiga e Casa Branca, que, por meio de suas diretorias, viabilizaram o seu desenvolvimento. Além disso, algumas pessoas foram fundamentais para a articulação e realização das oficinas de memória nas referidas comunidades. No Borel, Cláudio Ney Henrique e o pastor Antonio Carlos Rosa, já falecido, prestaram enorme ajuda e apoio.

Na Chácara do Céu, Antonieta Dias, Eliete Pereira, Luciana de Albuquerque, entre outras pessoas, também colaboraram decisivamente para a realização das oficinas. Na Formiga, Nilza Rosa dos Santos, Marlene Belato, Nanci Rosa Luciano, pastor Sebastião, entre outras pessoas, desempenharam papel importante no contato com a comunidade. No Morro do Andaraí, agradecemos a Mara Cristina Fernandes e Sônia Guida, pela sua disponibilidade e estímulo. No Salgueiro, a ajuda de Izabela Lopes e Leonor Barbosa também foi fundamental para a realização do projeto.

Algumas instituições também prestaram apoio decisivo na consolidação e realização do projeto. Entre elas destacam-se: Agenda Social Rio/Ibase, por meio de Nahyda Franca, Moema Miranda, Itamar Silva, Patrícia Lânes e Cristina Lopes; Gestão Comunitária – Instituto de Investigação e Ação Social, pela iniciativa e acompanhamento do projeto, agradecemos a Patrícia Gouveia, Marize Bastos da Cunha, Mariana Cavalcanti, Márcia Pinto e Sandra; à Escola Oga Mitá, pelo apoio sempre prestado por Márcia Leite e Ângela N. C. dos Santos; ao projeto

Geração Local – Juventude e Política na Grande Tijuca; ao Viva Rio/Iser; à Fundação Marcelo Cândia, o decisivo apoio prestado pelo padre Mário e Olinto Pegoraro; à ONG Novo Horizonte/Formiga, especialmente a Nilza Rosa dos Santos; à Rádio Grande Tijuca, em particular a Consuelo Lage e Mônica Santos, pela oportunidade de divulgação do projeto; à Casa do Gestor Catalizador e à Rádio Cemina, em especial a Denise Viola; ao Instituto Imagem e Cidadania, mais especificamente a Marjorie e Cláudio Botelho, pela constante participação e apoio. Finalmente, agradecemos aos pesquisadores da Uerj, Márcia Leite e Alexandre Mello, e à bibliotecária do Instituto Pereira Passos (IPP-RJ), Sônia Henriques Sobroza.

Agradecimentos especiais pela cessão de fotos ao Arquivo Público (Valéria Morse, coordenadora de consultas ao Acervo; Carla Lopes, profissional de Referência) e ao *site* Viva Favela (Sandra Delgado, editora de fotografia; Walter Mesquita, editor-interino de fotografia).

Sobre a organizadora

Neiva Vieira da Cunha é bacharel em Ciências Sociais, mestre em Sociologia e doutora em Antropologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ. É professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) e do Instituto de Humanidades da Universidade Candido Mendes, além de pesquisadora associada do Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro)/IFCS-UFRJ, onde coordena pesquisas e orienta alunos(as) nas áreas de antropologia e sociologia urbana, memória social e narrativas, pensamento social brasileiro, sociologia dos grupos profissionais e teoria antropológica. Tem diversos trabalhos publicados, entre eles *Viagem, experiência e memória – Narrativas de profissionais da saúde pública dos anos 30* (Edusc, 2005); “Rito e símbolo na cosmologia do sanitarismo: considerações em torno da memória urbana do Rio de Janeiro” (Revista Candelária, 2005); “Como se ‘fabrica’ um policial: algumas considerações em torno dos processos de socialização e formação profissional” (Revista Comum, 2004); “O fantasma da reinfestação: a epidemia de dengue no Rio de Janeiro como drama social” (Revista Comum, 2002); “O desafio de uma antropologia das idades” (História, Ciências, Saúde – Manguinhos, 2000); e “O *Aedes aegypti* na história e memória social do Brasil urbano” (Saúde, Sexo e Educação, 1998).

Referências bibliográficas

AGENDA SOCIAL. Almanaque do meio ambiente da Grande Tijuca. Rio de Janeiro: Ibase, 1999.

BLONDEL, Charles. Introdução à psicologia coletiva. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1960.

CARDOSO et al. História dos bairros: memória urbana – Tijuca. Rio de Janeiro: Index, 1984.

GOMES, Manuel. As lutas do povo do Borel. Prefácio de Luís Carlos Prestes. Rio de Janeiro: Muro, 1980.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. Rio: a democracia vista de baixo. Rio de Janeiro: IBASE, 2004.

INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO. Memória das favelas. Rio de Janeiro: Iser, 2004. (Comunicações do Iser, n. 59).

LANES, Patrícia (Org.). Agenda Social Rio: história, ações e desafios. Rio de Janeiro: Ibase, 2001.

MELLO, Marco Antonio da Silva; VOGEL, Arno. Lições da rua: o que um racionalista pode aprender no Catumbi. Revista Arquitetura, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, set. 1983.

_____. Sistemas construídos e memória social: por uma arqueologia urbana? Revista de Arqueologia, Belém, v. 2, n. 2., jul./dez. 1984.

NOVAES, Regina Reyes (Org.). Com a palavra, os moradores! - Pesquisa qualitativa em comunidades e bairros da Grande Tijuca. Rio de Janeiro: Ibase, 2000.

ROCHA, Oswaldo Porto. A era das demolições. RJ, Secretaria Municipal de Cultura, 1985.

ROSE, Lili; AGUIAR, Nelson. Tijuca de rua a rua. Rio de Janeiro: Universidade Estácio de Sá, 2004.

SANTOS, Alexandre Mello; LEITE, Márcia Pereira; FRANCA, Nahyda (Orgs.). Quando memória e história se entrelaçam: a trama dos espaços na Grande Tijuca. Rio de Janeiro: Ibase, 2003.

SILVA, Jailson de Souza. Favelas – além dos estereótipos. Democracia Viva, Rio de Janeiro, n. 22, p. 11-16, jun./jul. 2004.

SILVA, Maria Laís Pereira da. Favelas cariocas – 1930-1964. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

VALLADARES, Licia do Prado. Passa-se uma casa: análise do programa de remoções de favela. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VALLADARES, Licia do Prado. A invenção da favela – Do mito de origem à favela.com. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VALLADARES, Licia do Prado; MEDEIROS, Lúcia (Orgs.). Pensando as favelas do Rio de Janeiro – 1906-2000. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.

VAZ, Lílian Fessler. Notas sobre o Cabeça de Porco. Revista do Rio de Janeiro. Niterói:EdUFF, v.1, .2, p.29-35.

ZYLBERBERG, Sonia. Morro da Providência: memória da favella. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.

Leituras complementares

ABREU, Maurício. Evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

ALVITO, Marcos. As cores de Acari – Uma favela carioca. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

BENCHIMOL, Jayme Larry. Pereira Passos: um Haussmann tropical. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1990.

CARVALHO, Lia de Aquino. Contribuição ao estudo das habitações populares: Rio de Janeiro, 1886-1906. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1986.

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS BENTO RUBIÃO. Favelas e as organizações comunitárias. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. Cidade febril – Cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GOULART, José Alípio. As favelas do Distrito Federal. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1957.

SILVA, Jailson de Souza; BARBOSA, Jorge Luiz. Favela, alegria e dor na cidade. Rio de Janeiro: Senac Rio, 2005.

SILVA, Luis Antonio Machado. A política na favela. Cadernos Brasileiros, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 35-47, maio/jun. 1967.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. Um século de favela. Rio de Janeiro: FGV, 1998.



Local não identificado

Data: Desconhecida. Fotografia não identificado. Arquivo Nacional, acervo Correio da Manhã.

Cidade de Deus

3/10/1969. Fotografia não identificado. Arquivo Nacional, acervo Correio da Manhã

Cantagalo

1968. Fotografia não identificado. Arquivo Nacional, acervo Correio da Manhã.

Rocinha

Data: Desconhecida. Fotografia não identificado. Arquivo Nacional, acervo do Correio da Manhã.

Favela do Fundão

Data: Desconhecida. Fotografia não identificado. Arquivo Nacional, acervo Correio da Manhã.



Providência. Casas no alto da pedra de São Diogo
3/1/1969. Marinho. Arquivo Nacional, acervo Correio da Manhã.

Pavão Pavãozinho
11/8/1965. França. Arquivo Nacional, acervo Correio da Manhã.

Praia do Pinto, no Leblon (removida)
26/3/1963. Fotógrafo não identificado. Arquivo Nacional, acervo Correio da Manhã.

Jacarezinho
7/10/1962. Nilton. Arquivo Nacional, acervo Correio da Manhã.



Domingo na Mangueira

16/11/1965. Paulo Neves.
Arquivo Nacional, acervo
Correio da Manhã

Cidade de Deus

Década de 1970. Fotografia não
identificado. Arquivo Nacional,
acervo Correio da Manhã

Crianças do Morro da Formiga

30/12/1971. Demócrito.
Arquivo Nacional, acervo
Correio da Manhã.

Domingo na Mangueira

16/11/1965. Paulo Neves.
Arquivo Nacional, acervo
Correio da Manhã

Mangueira

15/8/1963. Erno. Arquivo Nacio-
nal, acervo Correio da Manhã



Cidade de Deus: família chega aos “Apês”

06/08/1971. Fotografia não identificada. Arquivo Nacional, acervo Correio da Manhã.

Remoção do Parque Proletário da Gávea

Data: Desconhecida. Fotografia não identificada. Arquivo Nacional, acervo Correio da Manhã.

Favela na Ilha do Governador

16/10/1972. Demócrito. Arquivo Nacional, acervo Correio da Manhã.

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

Ibase

Avenida Rio Branco, 124, 8º andar, Centro

CEP 20040-916 Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 2509-0660 Fax: (21) 3852-3517

ibase@ibase.br www.ibase.br